

# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 103 — SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 1966 REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 CAIXA POSTAL — 62 48

## PARA UMA CONFERÊNCIA DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

A breve oportunidade de diálogo oferecida pela 1ª eleição de novembro veio, apesar de todas as dificuldades criadas pela política de intimidação e de intriga do fascismo, demonstrar que as possibilidades do estabelecimento de uma ampla frente unitária contra a ditadura de Salazar são bem maiores do que certos elementos mais radicalizados da Oposição sustentam.

A simples circunstância de o Manifesto ao País dos candidatos democráticos reflectir uma posição que muitos dos signatários não teriam assumido publicamente meses antes e o facto de tanto as candidaturas como o Manifesto terem recebido o apoio de todas as correntes em que se subdivide a geografia política da Oposição são sintomáticos das perspectivas que se abrem à aceitação de uma plataforma comum que seria o primeiro passo para a constituição de uma frente única antifascista.

Poder-se-á dizer que já existe a F.P.L.N. Mas esta, cujo importante trabalho de solidariedade e diplomático temos sido os primeiros a salientar, embora seja uma organização unitária não engloba todas as correntes e movimentos antifascistas. É uma frente de esquerdas que representa um setor — sem dúvida o mais dinâmico e lúcido — da Oposição, mas não toda a Oposição. Fora dela permanecem forças e correntes cujo concurso para a tarefa comum do

derrubamento do fascismo não pode ser subestimado. É o caso de grupos católicos que principiam a organizar-se politicamente e é principalmente o caso da corrente liberal-republicana. Esta é de todas as forças anti-salazaristas a única, se exceptuarmos o Partido Comunista, que dispõe de uma rede de influências que lhe permite um contacto com amplos setores da intelligentsia e da pequena e da média burguesia; é indiscutivelmente o mais importante dos setores burgueses da Oposição. Seria uma falta de realismo ignorar a sua participação na luta.

Os problemas de unificação da ação antifascista são de uma premência tremenda. As "eleições" de novembro vieram confirmar que há muitas formas de entendimento e cooperação viáveis. Para que se chegue à aprovação de uma plataforma política que seja o ponto de partida de uma ação conjunta e decisiva contra o fascismo necessário é, porém, que os representantes de todos os partidos, correntes, e grupos da Oposição Democrática se sentem à mesa de uma Conferência. Para tornar realidade esse objetivo poderia a F.P.L.N. desempenhar um grande papel servindo-se do seu já considerável prestígio e da experiência adquirida como organismo unitário.

É o que sugerimos: uma  
**CONFERÊNCIA DA OPOSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA!**

**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

### Nesta Edição:

- \* Derrotas  
colonialistas em  
África - (pág. 8)
- \* Lutas populares  
(página 4)
- \* Mensagem da  
Juventude á U.I.E.  
(página 7)
- \* Setubal, depósito da  
NATO - (pág. 3)
- \* O 31 de Janeiro  
em São Paulo  
(página 5)
- \* Depoimento de  
soldado sobre a  
guerra colonial  
(página 5)
- \* Situação das  
Classes  
Trabalhadoras  
(página 2)

## A Guerra em Moçambique Vista por um Lord

São ainda numerosos os democratas portugueses que recebem com ceticismo as notícias relativas as derrotas militares sofridas pelo colonialismo salazarista em Moçambique. Nada mais indicado para convencer esses espíritos que se recusam a aceitar a realidade do que o depoimento de um colonialista inglês que visitou o norte de Moçambique no ano findo. Trata-se de Lord Killbracken, antigo oficial da RAF e hoje jornalista. Os artigos que publicou no "Evening Standard" e posteriormente reunidos em livro pelo "The Chronicle e Rhodesia Herald", espelham bem a sua hostilidade à FRELIMO e a sua simpatia pelo colonialismo português. De qualquer modo, o depoimento desse aristocrata britânico tem o mérito de vir confirmar até que ponto é desesperada a situação das forças colonialistas portuguesas em todo o Norte de Moçambique. O texto que abaixo publicamos — onde encontram acolhidas algumas das teses fantasistas de Salazar sobre as ajudas recebidas pela FRELIMO — abre o livro em referência.

### CERCADOS

"Durante dez dias, em avião militar, em camião armado e em vedeta armada percorri toda a zona ativa de batalha, ao longo do lago Malawi, onde as tropas portuguesas se encontram travando um combate duro com as guerrilhas do FRELIMO (nacionalista).

O FRELIMO infiltrou-se à força a partir da vizinha Tanzania, onde se arma e treina. A intensidade da luta, nesta guerra dura e inglória, cresceu intensamente desde os primeiros incidentes mineiros há um ano — sobretudo nas últimas semanas, o que testemunha um reforço do FRELIMO.

Hoje a zona de batalha estende-se 20 a 40 milhas para o interior, quase toda ao longo das margens moçambicanas do Lago, da fronteira da Tanzania até à do Malawi.

Em 3.000 milhas quadradas aterrorizadas, os portugueses tanto civis como militares estão reduzidos a cinco pequenas guarnições isoladas: METANGULA, MANIAMBA CURUE, OLIVENÇA e NOVA COIMBRA.

Nenhum colono branco ousa hoje em dia ficar na zona. As suas

casas outrora elegantes, estão hoje vazias e abandonadas. A maior parte dos africanos que pertencem a tribo dos NYANJAS — partiram para as montanhas ou as ilhas, ou ainda para a Tanzania e o Malawi.

Nas 80 milhas de margens do Lago, de Metangula, na fronteira da Tanzania, só existem duas aldeias africanas ainda habitadas.

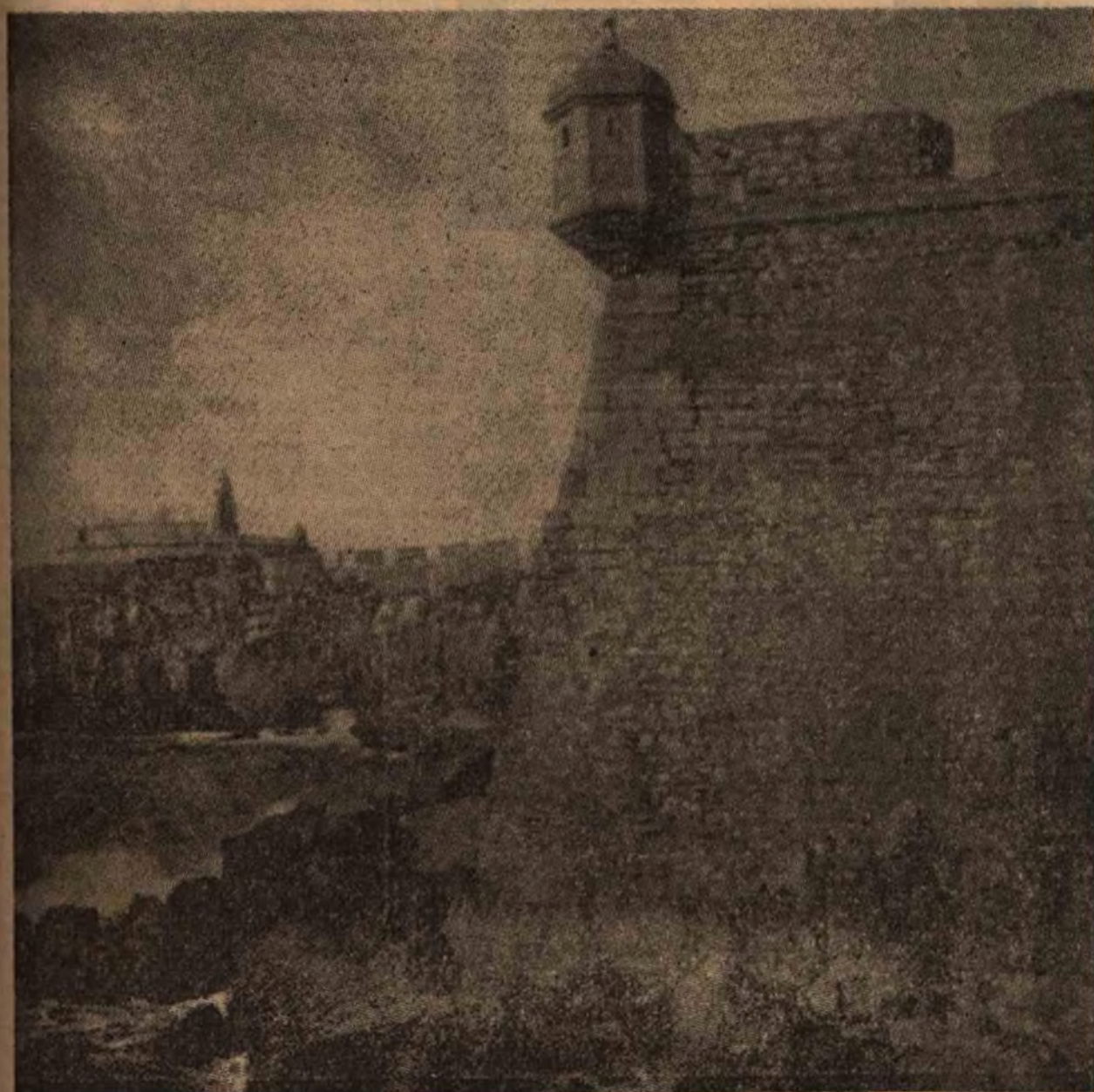
Das cinco guarnições só consegui visitar a de OLIVENÇA — um posto cercado, mantido por 40 homens e abastecido de paraquedas.

Consegui visitar a missão anglicana de MESSUMBA, onde dois eclesiásticos ingleses o arqui-deão JOHN PAUL e o Rev. Charles Wright — e uma irmã inglesa, enfermeira, Miss Irene Wheeler — vivem por uma comunidade africana, inculca, de mais de mil almas.

O FRELIMO, um Viet Cong em miniatura, é um inimigo duro e impossível de apanhar. Opera geralmente em unidades muito pequenas, frequentemente apenas com meia dúzia de homens. Não consegui obter qualquer relatório sobre a sua força total em Moçambique.

Estão à vontade nas florestas e nos pantanos, onde vivem escondidos.

(Cont. na pag. 27)



**FORTALEZA DE PENICHE**

«Enquanto tivermos forças, devemos gritar bem alto o nosso protesto: Amnistia para o Povo de Portugal! Liberdade para aqueles que são o refém político dos seus cruéis governantes».

BERTRAND RUSSELL



# Rumo a Vitória

## A Situação das Classes Trabalhadoras - III



MAPA DO NORTE DE MOÇAMBIQUE

### Um Lord em Moçambique

Concl. da pag. 1)  
 dos, atacando à noite silenciosamente, desaparecendo com rapidez na selva, logo que os portugueses respondem em força.

Fui informado (oficialmente) que entram em Moçambique, vindos da Tanzânia, onde dispõem de uma base (testa de ponte) de reabastecimento em SONGEA. Infiltram-se habitualmente pela aldeia fronteiriça de TCHIUNDI e de lá por canoa através do lago, ou através da floresta, por terra.

Disseram-me que os instrutores do FRELIMO foram treinados pelos comunistas.

Vi muito material apreendido — morteiros, granadas, metralhadoras, explosivos e minas, identificados sem sombra de dúvida, como sendo de fabricação russa e chinesa, o que concorre para comprovar a afirmação.

#### MINAS

O assim chamado "presidente" do FRELIMO, dr. Eduardo Mondlane, dirige o espectáculo de Dar-es-Salam. É diplomado pela Universidade de Siracusa (Nova Iorque) e casado com uma americana branca.

Em toda a zona dos combates, todas as estradas principais, foram minadas pelo FRELIMO, e estão inteiramente submetidas a emboscadas. Mais recentemente passaram para o sul e cortaram as estradas indispensáveis ao abastecimento de Meponda e Nova Freixo, desde Vila Cabral. Mais para lá, a fim de chegar a Vila Cabral por estrada é preciso fazer o desvio por Marrupa. Todo o abastecimento terrestre vindo de Nampula ou pelo mar tem de seguir esta via.

Vi muitas minas do FRELIMO, que haviam sido desenterradas e tornadas inofensivas. Recordo-me especialmente — e não o esquecerei tão cedo — de uma, encontrada enterrada na pequena pista de Maniamba, no local exacto onde iria aterrar uma hora mais tarde. Como outras que já vira, era russa e feita de plástico. Esta ausência quase total de metal e a pouca sorte, para os portugueses, da existência de jazidas de ferro na maior parte da zona dos Nyanjas, torna impossível qualquer detecção electrónica. De resto o exército não possui detectores.

#### DETECÇÃO À VISTA

De vez em quando os portugueses conseguem forçar a passagem para um comboio militar de abastecimento, mas os comboios devem seguir a passo, de modo a permitir uma inspecção visual da estrada.

Perguntei em MANIAMBÁ, como faziam para localizar as minas. A única que encontrámos — respondeu-me um soldado, tinha sido provavelmente enterrada na véspera, à noite e foi localizada visualmente, graças à terra vermelha mexida de fresco. De qualquer

modo, disse-me com ar desinteressado não é muito difícil: levamos muito simplesmente elementos do FRELIMO capturados ou ainda mais simplesmente "negros", dizia ele, pelas estradas que julgamos minadas. E imitou a marcha "levantando os joelhos" que lhes faziam adoptar; mas esta não pode constituir uma pratica normal ou pelo, menos sempre coroada de êxito.

Vi uma dezena de jeeps e de caminhões destruídos, em Vila Cabral, o Quartel General avançado do perímetro das operações, o mesmo acontecendo em METANGULA e COBUE que visitei em vedeta armada.

Um soldado regressando de uma patrulha pisou em cima de uma mina enterrada, durante o meu dia atroz em COBUE. Ficou horrorosamente despedaçado e morreu com o choque. Colocamos os seus restos na vedeta, para inumar em METANGULA. Levamos ainda para o hospital, em maca, mais 4 soldados que haviam sido feridos e haviam sofrido o choque da explosão.

Julga-se que há em Moçambique, pelo menos 30.000 homens no exército português, compreendendo nesse numero os africanos, mas por razões de segurança, não me deram cifra oficial. Cerca de 1.000 homens encontram-se em acção na zona de Nyanja, talvez ainda mais para o nordeste, onde o FRELIMO está também atuando na zona de MUEDA.

Há muitos soldados africanos no exército português, mas seja qual for a razão, nunca vi nenhum na zona de operações, salvo meia dúzia de marinheiros (cozinheiros ou grumetes, na maioria dos casos) em METANGULA.

#### CINCO AVIÕES

Ao longo do Norte em ebulição, os portugueses lutam desesperadamente contra a falta de material e de homens.

Não tem tanques na região dos Nyanjas e apenas cinco aviões na base de VILA CABRAL. Quatro deles são monomotores de Harvard.

O Harvard esteve ao serviço da RAF há um quarto de século e apenas para treinamento. Dispõe de quatro metralhadoras ligeiras e pode transportar um máximo de 2.000 libras de bombas, mais ou menos. Também pode levar foguetes.

O 5.º aparelho de Vila Cabral é um avião de reconhecimento, um Dornier, também monomotor.

Iria conhecê-lo demasiadamente bem.

Desarmado, com uma velocidade de ponta de 110 nós, razando sobre as colinas, levou-me por cima da selva infestada pelo FRELIMO,

O aumento da intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho são das formas preferidas pelos capitalistas para aumentar a exploração e a mais-valia e, portanto, o lucro. Eles obrigam a ritmos mais apressados de trabalho, fixam produção mínima obrigatória muito superior às possibilidades normais, estabelecem sistemas de prémios e de multas, alargam o trabalho à peça e à tarefa, roubam no tempo de trabalho e obrigam os operários a fazer horas extraordinárias que pagam a singelo, ou com descontos, ou não pagam mesmo em muitos casos.

O desrespeito completo pelo horário de trabalho, exigindo-se 9, 10 e 12 horas de trabalho é frequente. O prolongamento da jornada de trabalho através do roubo de alguns minutos ao pegar e ao largar tornou-se um sistema de exploração generalizado. Os patrões, tão rigorosos na cromometragem a cada operação dos operários para forçar o ritmo de trabalho, atrasam e adiantam os relógios para conseguirem prolongar a jornada. Adianta-se o toque ao principiar o trabalho e atraza-se o toque ao terminar o mesmo. Arranjam-se os mais variados pretextos para reter os operários além da jornada de trabalho. Exige-se que ao segundo toque todos os operários estejam já diante das bancadas. Roubando alguns minutos por dia a cada operário, os patrões conseguem ao fim do mês apurar muitas mais jornadas de trabalho gratuito. Em fábricas onde há numerosos operários, o patronato consegue assim como que ter alguns operários suplementares e invisíveis, trabalhando gratuitamente todo o dia. Muitos outros processos são utilizados para aumentar a jornada de trabalho. Exige-se que "para compensar os feriados" os operários trabalhem, noutros dias, minutos ou horas suplementares gratuitos. Mandam-se para casa os operários quando falta a corrente eléctrica a exige-se que trabalhem depois as horas respectivas; etc. Nas conservas, com a laboração reduzida, os operários, quando o trabalho aparece, chegam a trabalhar 12 horas sem que seja considerada a existência de horas extraordinárias.

O trabalho à tarefa abrange cerca de 6% dos operários industriais. Com a mira de obter maiores salários operários intensificam o ritmo de trabalho. Em alguns casos, os patrões pagam o salário diário por um trabalho de empreitada muito superior a aquele que os operários podem fazer numa jornada de trabalho, com a "regalia" para os operários de poderem ir-se embora logo que o terminem. Nestes casos, a intensificação extraordinária do trabalho visa encurtar o tempo de permanência na fábrica. A imaginação e a desvergonha do patronato nesta matéria não tem limites. Na firma João Alves de Lisboa, por exemplo, davam trabalho de empreitada a jovens de 13 a 15 anos e, quando estes estavam a acabá-lo, logo preparavam novo trabalho para fazerem a seguir...

Em média, nos ramos industriais sujeitos ao inquérito de 1959, os operários trabalhando à tarefa conseguiram receber anualmente mais 130\$00, ou seja, mais 1,6% que os operários que não trabalharam à tarefa. Mas embora se não possa calcular em percentagem, a intensificação do trabalho à tarefa fica certamente num nível muito superior. O trabalhador estafa-se, desgasta as suas energias e consegue em média apenas mais uns cinco tostões por dia, quando o consegue.

Com o sistema dos prémios está-se utilizando um novo abuso. Dão-se prémios aqueles que menos tempo levarem a executar determinadas operações. Na semana seguinte o tempo "record" passa a ser tempo padrão. E como na exploração capitalista as multas andam sempre de mãos dadas com os prémios estabelecem-se descontos ou multas para aqueles que o não cumprirem, quando não são despe-

ditos pura e simplesmente. Outras vezes prometem-se prémios, induzem-se assim os operários a um maior esforço e depois negam-se os prémios prometidos. Há tempos na EPA-ACEC do Porto, como pelo sistema de prémios estabelecido, alguns operários atingiram mais 100% do salário, logo a empresa descobriu que não podia pagar mais do que 33% "fixados" (?) internacionalmente. Nas minas de S. Pedro da Cova, estabeleceram prémios de 18\$00 às secções de operários por cada vagoneta de carvão a mais do que a norma. Como uma secção alcançasse várias vagonetas, logo os patrões mandaram pesar a cinza, afirmaram que esta subia a 47% e informaram os operários de que do prémio seria só pago metade, por haver no carvão mais 45% de cinza. Sejam, porém pagos os prémios ou roubados, com eles alcança o patronato a intensificação do trabalho.

As multas atingem um grau escandaloso: por pequenos enganos, por pequenas pausas impostas pelo próprio trabalho, sobre o pretexto de que não dão rendimento, com todos os pretextos, os patrões aplicam elevadas multas, que chegam a atingir dias de salário. Há fábricas em que o operário que vai à privada mais do que as duas vezes autorizadas chega a pagar multa mais que o salário do dia. As multas tornam-se para o patrão uma fonte de receita suplementar. Quanto às horas extraordinárias, que por lei deviam ser pagas nos dias de semana com mais 50% e aos domingos com mais 100% os "melhores patrões" pagam-nas em geral pelo preço das outras. Como as horas extraordinárias depois de manter a jornada de trabalho exigem um muito maior desgaste de energia o seu pagamento a singelo representa novo agravamento da situação dos trabalhadores. Há pequenos patrões que têm a habilidade grosseira de pagar a singelo, mas darem uns copos de vinho, chicoteando assim com o álcool as energias dos operários cansados, o que provoca muito maior fadiga e esgotamento.

Coisa semelhante se passa com os turnos. Criam-se turnos noturnos e não se paga a percentagem legal sobre os salários. Chegam mesmo a criar-se turnos apenas para trabalhar nas horas de descanso do restante pessoal.

Todos os processos de intensificação do trabalho, incluindo aquilo a que os fascistas chamam "os mais modernos métodos psicológicos de incitamento ao trabalho", se têm refinado nos últimos anos, apresentados com um verniz pseudo-científico pelos propagandistas fascistas ao serviço dos monopólios. A Emissora Nacional, por exemplo resolveu em certa altura lançar um programa novo, para uso dos senhores industriais. Chamava-se "Musica no Trabalho". E o órgão da União Nacional, o "Diário da Manhã", fazia entusiástica propaganda do método. Referia "o salutar efeito que a musica exerce sobre os empregados durante as horas de trabalho", afirmava que "a musica longe de prejudicar o ritmo e a qualidade do trabalho só os melhora" e apresentava o supremo argumento: o caso de uma fábrica em que, com a introdução da musica, "nos turnos de dia a produção aumentou 17% e nos noturnos 28%" ("Diário da Manhã", 16-8-62). "Toca a pandeireta para fazer dançar o urso" — tal é a revoltante atitude do patronato e dos fascistas. Mas o "urso" dá e dará a resposta adequada a quantos julgarem poder domá-lo.

Os ritmos mais apressados de trabalho, não só exigem um desgaste suplementar das energias do operário como estão na origem de numerosos acidentes. Quantos não tem sido vítimas da criminoso exigência de limparem as máquinas em movimento? E quantos apressados, esgotados, com os reflexos menos prontos, em oficinas ou empresas onde pouco ou nada se faz pela segurança dos que trabalham, não são vítimas de acidentes mortais ou ficam estropiados ou incapacitados para sempre? Os fascistas publicam raras estatísticas de trabalho. Mas, num relatório oficial, confessaram terem lugar anualmente 300.000 acidentes, dos quais resultam 3.000 casos de incapacidade permanente (Portaria n.º 17.68, de 11-4-60). Tem-se calculado o aumento anual dos acidentes de trabalho em mais de 10%, — superior ao aumento da

população industrial. O numero de acidentes mortais é "secreto", mas só aos tribunais são participados anualmente 500 casos e há especialistas que calculam o seu numero anual em mais de dois mil, excluindo os acidentes na agricultura. Que importância aos senhores do capital e aos fascistas a vida, a saúde, a segurança dos operários? A eles interessam apenas os ritmos infernais de trabalho que lhe dêem lucros sempre maiores. Eles que nenhuma medida séria tomam para evitar os acidentes de trabalho, têm ainda o descaro de procurar atribuir a responsabilidade destes aos próprios trabalhadores e torná-los uma fonte de receita para as empresas. Pois não vemos a CUP adoptar como "forma de combate aos acidentes de trabalho" a aplicação de multas aos sinistrados? Quanto às vítimas, os próprios ou as famílias arrastam-se meses pelas companhias de seguros, que pertencem muitas vezes à mesma entidade patronal e acabam por receber, quando recebem, uns magros e insultuosos tostões.

Com o mesmo objetivo de aumentar a exploração da classe operária, o grande capital tem feito nos últimos anos um esforço para aumentar a produtividade do trabalho. É evidente que, se, no mesmo tempo de trabalho, o operário produz mais que anteriormente, também em menos tempo produz o valor equivalente ao salário que recebe. Isto é: se aumenta a produtividade do trabalho, diminui o tempo de trabalho necessário e aumenta a parte da jornada em que o operário produz gratuitamente para o patrão, ou seja, o trabalho suplementar. Esse é o objetivo principal do capitalismo ao procurar aumentar a produtividade do trabalho através das "campanhas de produtividade" e da "racionalização". Dessa forma consegue também um menor custo de produção e uma posição favorável na concorrência.

No conjunto da industria transformadora, o produto nacional aumentou, de 1950 para 1958, 50% a população ativa aumentou 11%, a produção por pessoa ativa passou de 19 para 25 contos, e a chamada produtividade subiu assim 32%.

O aumento da produtividade distingue-se do aumento da intensidade, mas, de fato, em geral é acompanhado por este. Em muitos casos, os capitalistas, para esconder a violência dos seus métodos chamam "aumento da produtividade" ao que na realidade é "aumento de intensidade". Se, por exemplo, em Tortozendo sem qualquer mudança de máquina ou de técnica, se obrigam os tecelões que trabalhavam com um tear rotativo a trabalhar com dois, isso nada tem que ver com a produtividade, mas apenas com a intensidade do trabalho. Se numa fábrica de artigos eléctricos se obriga a bobinar um motor em oito em vez das dezesseis horas anteriores, o mesmo se passa.

Facto indiscutível é que a produção média por operário tem aumentado em quase todos os ramos da industria. De 1949 para 1961, a produção por operário nas conservas de peixe passou de 1,3 para 4,1 toneladas; nos resinosos de 80 para 116 toneladas; nos vidros de 4 para 8 toneladas; nos fosforos de 11 para 22 milhões de hastes; no cimento de 298 para 610 toneladas; nos cabos e condutores eléctricos de 55 para 87 toneladas. Tomando como base a matéria prima consumida, a média por operário passou nos lanifícios de 270 para 460 quilos de lã; no tabaco de 2 para 4 toneladas; nos lacticínios de 5 para 20 milhões de litros de leite laborado. Calculado por dia de trabalho, o aumento é sensivelmente o mesmo.

Em quase todos os ramos da industria, se observa um aumento da produção relativamente rápido e um aumento do pessoal operário relativamente lento. Calculados "índices de produtividade" na base dos índices de produção e de emprego, observa-se, de 1949 para 1961, um aumento que vai de 20 a 100 por cento nos resinosos, vidros, cerveja, cortumes, fosforos, lanifícios, algodões, chapalaria, chocolates e cortiças e de 100 a 200 por cento nas conservas, cimento, açúcar, papel e tabaco. No conjunto destes ramos industriais, a "produtividade" em 1961, apresenta o aumento de 100 por cento em relação a 1949.

(Continua na página 7)



# Notas e comentários

## Colonialismo Moribundo

Como era de esperar, a última iniciativa da propaganda fascista-colonialista foi um fracasso. Na sua visita a Moçambique, o ministro do Ultramar foi por todo o lado acolhido com frieza. inclusive pela maioria dos colonos brancos, e só pôde deslocar-se a certas regiões sob forte protecção militar. O sr. Silva Cunha, um dos elementos que se afirma ideologicamente fascista, teve assim ocasião de verificar com os seus próprios olhos a falsidade das teses do seu próprio Ministério segundo as quais reinaria em Moçambique uma paz idílica. Essa «paz» é hoje de tal ordem que até os simpatizantes de Salazar, como o lorde inglês cujo depoimento publicamos noutra página, confessam ser desesperada a situação militar existente no Norte da Colónia.

Moçambique, aliás, não constitui uma excepção. O ano de 1966 inicia-se sob as perspectivas mais sombrias para o colonialismo português. Na Guiné, a posição das tropas regulares do P. A. I. G. C. e dos seus guerrilheiros é cada vez mais sólida, não havendo em Bissau quaisquer esperanças de reconquista dos territórios ocupados pelos patriotas e que representam já mais de um terço da superfície da colónia. Em Angola, a intensificação das actividades militares do MPLA transformou as regiões vizinhas da foz do Zaire em terra proibida para os colonos portugueses e em cemitério de soldados. Em Cabo Verde, onde a fome é endémica, as autoridades vivem num permanente sobressalto com receio de um levante comandado pelo PAIGC e facilitado pelo descontentamento da população. Por outro lado, em São Tomé o clima é de tensão: a PIDE prendeu em dezembro 17 pessoas que segundo a polícia, estariam implicadas numa conspiração para derrubar o regime colonial. Como se verifica, os 100.000 soldados que Salazar mantém em África não bastam para soffrer a ansia de liberdade dos patriotas africanos em luta pela independência.

## Crise Habitacional

É cada vez mais aguda a crise habitacional portuguesa. As estatísticas internacionais mostram que em nenhum país da Europa se constrói tão pouco como no nosso. Para se encontrar níveis tão baixos de construção é necessário voltar os olhos para a África e a América Central. Entretanto, as poucas casas que são edificadas destinam-se a uma faixa da população privilegiada, situando-se os aluguéis acima das posses da pequena burguesia, pelo que é dia a dia mais considerável o numero de famílias que se unem para alugar conjuntamente apartamentos e cuja renda corresponde a padrões de vida elevados. O re-

sultado desse estado de coisas é uma promiscuidade que abala os alicerces da vida familiar que o regime pretende defender e reforçar.

Na provincia a crise a que nos referimos é de tal ordem que vêm proliferando as construções clandestinas. O aspecto das cidades e vilas sofre com o aparecimento de bairros inteiros que crescem desordenadamente, sem luz, sem água, sem esgotos. Essas construções miseráveis são uma consequência directa da politica de tolerância do fascismo para com a especulação imobiliária.

Como o problema já transpirou para as colunas da imprensa internacional, o ministro das Corporações resolveu occupar-se dele no discurso que pronunciou recentemente durante a inauguração de um bairro operário (mais uma iniciativa de fachada) nos Olivais. Confessou o representante de Salazar que o deficit de casas é presentemente de 10.000 por ano só nos distritos de Lisboa, Setubal e Santarem. As fontes de informação do sr. Gonçalves de Proença são suspeitas, mas de qualquer modo, na mesma proporção teríamos um deficit anual de cerca de 50.000 casas para todo o País. Eis as exceções da politica habitacional do fascismo salazarista!

## Nazistas Alemães em Angola

O jornal africano «Faulha», publicou em seu numero de Dezembro, um oportuno artigo em que fazem surpreendentes revelações sobre a ação desenvolvida em Angola por criminosos de guerra nazis que se transformaram ali em agentes e aliados dos grandes monopólios da Alemanha de Bonn.

Pouca gente sabe efetivamente que os alemães constituem hoje o segundo grupo de colonos brancos em Angola. Só no setor agrário, há presentemente mais de 1100 grandes proprietários alemães. A maior parte deles são junkers — membros da aristocracia tradicional de latifundiários que durante séculos dominou o Estado Prussiano — fugidos da antiga Prussia Oriental e da Pamerania, onde teriam de responder perante os tribunais pelos crimes que haviam praticado durante a guerra, como fiéis adeptos de Hitler.

A arrogância desses espécimes feudais em Angola não têm fronteiras. Não se limitam a afirmar publicamente as suas convicções racistas. Vão mais longe e estendem o seu desprezo aos portugueses. Entre esses criminosos figuram elementos de famílias famosas na história do imperialismo alemão, como os von Krosigk, von Richtofen e von Rochow. Alguns não escondem as suas ligações com os grandes monopólios germano-ocidentais que vão tomando conta da economia angolana. Está nesse caso um tal Kai von Ablefeld, hoje representante principal do grupo Krupp. Esse multimilionário é, além disso, proprietário de 11.000 hectares de plantações em Nova Lisboa e dono de várias fábricas.

Outro tubarão culpado de inúmeros crimes contra o povo angolano a acrescentarem-se aos cometidos contra o povo alemão é o roceiro von Opel que domi-

na a construção civil em Luanda e possui minas de manganês e plantações de sisal.

Muitos destes junkers são procurados pela justiça de vários países.

Em Salazar encontraram o amigo de que precisavam.

## O F.P.L.N. e a Africa

«Pelo que nos diz respeito, a nossa presença em Dar-Es-Salaam revestiu-se, em minha opinião, de um alcance histórico. Pessoalmente não tenho conhecimento de um precedente a este encontro de representantes do Movimento Unitário Democrático e Popular de um país colonizador com as direções dos Movimentos de Libertação dos povos sob domínio colonial desse mesmo país».

Essas palavras transcreevamo-las de uma extensa reportagem publicada no n.º 146 do semanário «Revolution Africaine», de Argel, que, a propósito das «eleições» de novembro entrevistou alguns dos membros da Junta Revolucionária Portuguesa da F.P.L.N. Quem as proferiu foi o nosso companheiro Ramos de Almeida para destacar o significado profundo de presença de uma delegação da F. P. L. N. na II Conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas. De um lado e outro, os desejos de uma colaboração cada vez mais íntima e eficiente vão passando do domínio das palavras para o dos atos.

Para máguia de Salazar, o prestígio de que goza hoje no plano internacional a FPLN tende a aumentar. Para não falarmos já no êxito político que foi a presença dos seus representantes na reunião da CONCP, em Dar-Es-Salaam, podem citar-se as sucessivas visitas de delegações da JRP a vários países europeus e africanos e a existência em nações americanas de comissões de apoio à FPLN cujas actividades encontram a compreensão e o carinho de amplos setores das respectivas opiniões públicas.

Quanto à Argélia, é um facto que os democratas argelinos de todas as tendências e as autoridades daquele país proporcionam à F.P.L.N. todas as condições para o trabalho político a realizar. Foi aliás o que fez questão de recordar o companheiro Piteira Santos ao ser entrevistado por «Revolution Africaine», conjuntamente com dois outros membros da JRP: os companheiros Ramos de Almeida e Rui Cabeçadas.

## Ruy L. Gomes em São Paulo

No passado mês de janeiro esteve em São Paulo por alguns dias o prof. Ruy Luiz Gomes, ex-candidato à Presidência da República e membro permanente da Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Os democratas portugueses da capital paulista aproveitaram o ensejo para se reunirem com o grande democrata num jantar de confraternização.

**MILHÕES DE PORTUGUESES VESTEM-SE ANDRAJOSAMENTE, MAS O GOVERNO QUER DESENVOLVER A INDUSTRIA TEXTIL COM VISTA À EXPORTAÇÃO**

No final, o capitão João Sarmiento Pimentel dirigiu uma expressiva saudação ao eminente mestre, acentuando que a sua vasta cultura, a sua coragem e as suas limpidas atitudes de democrata o tornavam respeitado e admirado por todos os antifascistas portugueses que nele viam uma das maiores senões a maior reserva da nacionalidade quando encaravam o futuro em termos políticos.

O nosso companheiro de redação Joaquim Barradas de Carvalho, falando em nome de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, evocou um episódio verificado durante os dias agitados da campanha do general Norton de Matos à Presidência e durante o qual se evidenciou a ilimitada confiança que a juventude já então tinha na figura de Ruy Luiz Gomes. Os nossos companheiros Miguel Urbano Rodrigues e Augusto Aragão disseram também algumas palavras para destacar a dignidade e a coragem do homenageado que, ao agradecer, reafirmou a sua firme disposição de lutar, hoje como no passado, pela liberdade do povo português.

## A «Nacionalização» dos Telefones

Numa vã tentativa de responder aos que o acusam de praticar uma politica de subserviência em relação ao imperialismo, vem o governo fascista de Lisboa fazendo grande alarido em torno daquilo a que chama a «nacionalização» da Companhia dos Telefones — (APT), a consumir-se a 1 de janeiro de 1968.

Na realidade a APT reverte automaticamente para o patrimônio do Estado por chegar ao seu termo a concessão que durante oitenta anos lhe permitiu explorar desenfreadamente a população, através de um serviço deficiente, e os operários e empregados da Companhia mediante salários de miséria. Entretanto, nada nos garante que esta pretensa «nacionalização» não evolua no momento próprio para uma situação em que, através de qualquer empresa mista o domínio dos monopólios internacionais continuaria assegurado no setor telefónico.

O que já se sabe é que as cláusulas do contrato, segundo as quais os bens da APT deveriam reverter pura e simplesmente para o Estado Português sem condições, não serão cumpridas. Salazar comoveu-se com os protestos de Londres. As tarifas já foram aumentadas para que nestes dois anos os ingleses possam encontrar compensação devida. Por outro lado, o governo fascista de Lisboa comprometeu-se a pagar, a partir do próximo ano, juros e empréstimos contraídos pela Companhia. E, para cúmulo, pagará à mesma uma «indenização» de cerca de milhão e meio de contos.

São deste género as «nacionalizações» de Salazar...

## Exportação a Todo o Custo!

Como é sabido, a fraqueza do mercado interno português é uma consequência directa da politica de desenfreada exploração da classe operária, dos camponeses e da pequena burguesia. Essa politica vai agora acentuar-se ainda mais mercê do «Plano Intercalar de Fomento». Não cabe aqui uma apre-

ciação dessa iniciativa desastrosa que determinará uma centralização e uma concentração cada vez maiores em benefício dos grandes monopólios. Queremos apenas chamar a atenção para o facto gravíssimo de que a perigosa tese de que a industrialização do país deve ser orientada para o comércio externo, isto é de que todos os esforços devem convergir para facilitar a criação de indústrias destinadas à exportação, constitui uma ameaça para milhões de portugueses. Se a economia portuguesa já soffria as consequências das oscilações da procura dos principais produtos de exportação, doravante passará a depender completamente dos interesses do imperialismo estrangeiro.

Para alargar o mercado interno, fazendo ingressar no círculo do consumo novas camadas da população, o que se impunha era elevar o poder de compra da população através do aumento dos salários e de medidas que evitassem a ruína dos camponeses e das classes médias. O Plano Intercalar vê tudo às avessas. Salazar pretende exportar entre outros produtos calçado, tecidos, frutas, legumes e, pasmai leitores, carne. O consumo per capita de todos esses artigos é em Portugal dos mais baixos do mundo. Isso não impede o fascismo de se considerar em condições de os incluir na lista de exportações.

**PENINSULA DE SETUBAL. DEPOSITO DA NATO**

A transformação da península de Setubal em perigoso deposito da NATO prossegue aceleradamente. A última novidade é a construção na Charneca da Caparica de imensos armazéns que, depois de terminados, são camuflados com areia. Em S. João da Caparica estão também a ser edificados grandes depósitos e um prédio, com vários pisos, aparentemente destinado a hotel. No portinho estão em fase de acabamento dois cais para navios de grande tonelagem. Por outro lado, está sendo aberta uma estrada militar entre a Trafaria e os depósitos da Charneca. No Pinhal do Rei terminaram já as obras de construção de depósitos de armamento.

É cada vez maior a convicção, apesar do sigilo mantido a todo respeito, de que haverá armas atômicas entre o material a que se destinam todos esses armazéns.



Integrada na sua campanha de solidariedade aos presos políticos portugueses, a União das Mulheres Portuguesas do Uruguai, lançou em dezembro passado uma iniciativa que alcançou grande êxito: o envio de bilhetes postais com flores para as prisões de Portugal. Apesar de todas as precauções da censura e da PIDE, centenas de postais com as mais belas e variadas flores passaram os muros de Casias, de Peniche, do Aljube e de outros presídios e levaram aos patriotas que ali permanecem encarcerados a certeza de que a luta pela sua libertação continua e de que dela participam activamente os portugueses espalhados pelo mundo. A imagem que acima publicamos é a de um desses postais.

**DEZENAS DE MILHARES DE PORTUGUESES ANDAM DESCALÇOS, MAS O GOVERNO QUER EXPORTAR CALÇADO**



# A Realidade Angolana e o Movimento de Libertação

# A Força da Unidade

GUILHERME ANTUNES DOS SANTOS

AMÉRICO BOAVIDA

Publicamos abaixo a primeira parte de um trabalho em que o dr. Américo Boavida, destacado patriota angolano, com responsabilidades na direção do movimento de libertação nacional do seu país, analisa alguns dos aspectos mais importantes da contra-ofensiva colonialista que se seguiu aos acontecimentos de Fevereiro de 61 e chama a atenção para o processo de consciencialização das massas africanas, directa ou indirectamente empenhadas na luta pela independência de Angola. Este breve mas excelente estudo tem sobretudo o merito de nos oferecer a imagem actualizada da dramática situação criada em Angola pelo fascismo-colonialista.

## PANORAMA INDUSTRIAL

A contra-ofensiva colonialista em ANGOLA, reflecte a preocupação do grande capital industrial e financeiro em garantir não só o controle dos investimentos já realizados, mas também a sua continuidade.

Preocupado em confundir os interesses coloniais portugueses com os interesses neo-colonialistas das grandes potências ocidentais, tendo em vista dominar o movimento irreversível de libertação nacional, o Governo de Lisboa oferece em aluguer todas as riquezas das "suas províncias ultramarinas" aos designios mais inconfessáveis.

Assim, foram entabuladas negociações entre o grupo KRUPP da Alemanha Federal e o Governo de Lisboa, para o financiamento de US 40 milhões (dólares), para a exploração dos minerais de ferro da Cassinga. (1)

Sob a protecção do Banco do Japão, um grupo industrial japonês vai realizar investimentos num total de 120 milhões de dólares.

O grupo nipo-americano Yamata Iron & Steel Co. está em negociações com a Companhia Mineira do Lobito para o estabelecimento de um contrato tendo em vista o fornecimento de um milhão de toneladas anuais de minérios de ferro, durante um período de seis anos.

A Diamang — monopólio anglo-belgo-americano para a exploração de diamantes — durante o ano de 1964, elevou a sua produção ao valor record de 1.149.068,24 carates.

É bem entendido, de todo este "desenvolvimento económico e financeiro" só se aproveitam os grandes capitalistas portugueses e os monopólios estrangeiros que exploram o país. Os interesses de classe dos pequenos colonos, da pequena burguesia africana de sociedade colonial, e dos "indígenas" ficam à margem de toda esta actividade económica.

## A SITUAÇÃO AGRÍCOLA

A luta entre as Companhias concessionárias pelos produtos de maior concorrência no mercado mundial, oferece-nos também esclarecimentos importantes.

ANGOLA exportou durante o ano de 1964, 138.700 toneladas de café, num total de US 95.300.000 dólares; 57.200 toneladas de sical; um total de US 5.860.000 dólares de farinha de peixe; e US 5.730.000 dólares de milho; etc. E, está em curso a realização de um vasto plano de desenvolvimento. O "II Plano de Desenvolvimento para a Província de Angola", cujas dotações para o ano de 1964 se cifram em US 23.260.000 dólares.

## PANORAMA FINANCEIRO

O panorama financeiro é caracterizado pelo afluxo de capitais "metropolitanos" e estrangeiros, em consequência das facilidades cada vez maiores, concedidas pelo Governo de Lisboa aos capitalistas e financeiros portugueses e internacionais.

O valor do comércio exterior de ANGOLA, durante o ano de 1964, subiu a cerca de US 350 milhões de dólares.

No mês de Maio de 1965, foram aprovados em Lisboa os Estatutos de um novo Banco — o Banco de Crédito Comercial e Industrial — com capitais portugueses e internacionais, no valor de US 5 milhões de dólares.

O Banco de Angola — Banco emissor da colónia — foi autorizado a aumentar o seu capital até um limite de US 9.160.000 dólares. O valor das notas postas em circulação pelo Banco de Angola no fim do mês de Dezembro de 1964 atingiu US 91.332.800 (dólares), cifra representa um aumento de 10,3 por cento, em relação ao ano de 1963.

Em 31 de Dezembro de 1964, o Banco anunciou um lucro líquido de US 10.523.500 dólares. Só através de operações de crédito, autorizadas pelos Decretos n.ºs 44.359, de 23-5-1962, e 44.429, de 29-6-1962, pelo Empréstimo Interno de Amortização.

Durante o mesmo ano, o Banco Comercial de Angola (prolongamento em Angola do Banco Português do Atlântico), apresentou um saldo positivo geral de US... 630.700 (dólares) em US 3.450.000 (dólares) de receitas, ou seja aproximadamente 18 por cento de lucro líquido anual.

E, ultimamente, o Governo de Lisboa — preocupado em aumentar ainda mais a dependência da colónia em face dos capitalistas portugueses e dos monopólios internacionais — promulgou um decreto autorizando a "todo e qualquer Organismo Bancário português, a instalação de dependências ou filiais nos territórios ultramarinos, proibindo formalmente a criação de bancos de capitais angolanos ou moçambicanos".

## A INSTABILIDADE SOCIAL, POLITICA E MILITAR

Entretanto, a situação social, política e militar agrava-se cada vez mais, mesmo no interior do país.

# LUTAS POPULARES

LISBOA (Do Correspondente) — A farsa "eleitoral" de Novembro não afectou o processo das lutas reivindicativas que se vinham travando na cidade e no campo. Nas ultimas semanas do ano registou-se mesmo em numerosos concelhos do Alto e Baixo Alentejo um ascenso dessas lutas por motivo da abertura do período da apanha da azeitona. Os operários agrícolas, beneficiando da experiencia adquirida em anteriores batalhas contra os latifundiários obtiveram em muitos casos jornadas mais altas do que no ano anterior.

CORTICEIROS — Ao cabo de oito meses de luta, a classe corticeira da Margem Sul do Tejo conquistou aumentos salariais de seis, sete e oito escudos por dia. Obteve, além disso, a equiparação salarial entre as zonas Norte, Centro e Sul como pretendia. A Sociedade Industrial de Cortiças (SIC) perdeu uma batalha graças à firmeza do pessoal. Durante o período de férias dos operários, aquela empresa fechou as suas portas por 15 dias, e, quando reabriu, só pagou os dias de férias a que os operários tinham direito e que só em casos excepcionais abrangiam as duas semanas. Os operários dirigiram-se então ao Sindicato, protestando, o que levou este a forçar a SIC a pagar a cada operário aquilo a que ele tinha direito.

UISEU — Os trabalhadores desta cidade desmoralizaram com a sua ausencia a concentração de "desagravo" promovida pelas autoridades fascistas para protestar contra as referencias à politica colonial do regime contidas no Manifesto dos candidatos democráticos à "Assembleia Nacional". Entretanto, no dia seguinte, quarenta trabalhadores da construção civil promoveram a sua propria concentração em frente da Camara Municipal — o mesmo local da véspera — e exigiram ruidosamente que as autoridades lhes pagassem os salários em atraso. Atrádas pelo vooiro, dezenas de pessoas que por ali passavam acorreram e passaram a apoiar a reivindicação dos trabalhadores.

O caso era conhecido de toda a população. Os operários em questão trabalhavam num bairro que a propria Camara mandara construir nos arredores da cidade. Ora semanas atras o empreiteiro desaparecera e a Camara comprometera-se a pagar os salários do pessoal.

Com receio de uma infiltração de guerrilheiros e de militantes encarregados de coordenar a luta em colaboração com os nacionalistas organizados das cidades e dos campos, — os colonialistas portugueses e os seus aliados, protegem as fronteiras de ANGOLA com o Congo (Brazzaville), o Congo (Leopoldville), e recentemente da Zâmbia, com uma engrenagem policial e militar espectacular.

A agitação, social é cada vez maior nas cidades de Luanda, Malange, Nova Lisboa, e Benguela, e nas regiões perturbadas pelas operações militares, ao norte de ANGOLA, — mais de 150.000km2 de superficie, numa extensão territorial que vai de Maquela do Zombo (na fronteira congoleza) ao Ucuia (a cerca de 85 kms da capital).

No fim do ano de 1964, foi anunciada a falência do Hotel Luso (Mexico); e este ano a dos hotéis Belmonte e Girão em Silva Porto, assim como de numerosas firmas industriais e comerciais.

A famosa "Campanha de Recuperação Psico-Social", apresentada aparatosamente pela propaganda colonialista, não deu qualquer resultado. Com excepção de alguns oportunistas, as massas africanas não se deixam enganar por essa propaganda, que se revelou infrutifera. As autoridades portuguesas começam a aperceber-se não só da ineficácia da sua acção, mas ainda do ridiculo em que caíram.

A situação tornou-se tão grave que, a quando da inauguração da nova sede da Associação dos Naturais de Angola — ANANGOLA — em Agosto ultimo, em Luanda, o proprio Governador Geral declarou "que se veria na necessidade de proibir o funcionamento de todas as associações africanas, por causa das suas actividades subversivas". (Continua na pág. 7)

soal. Mas fôra adiando o cumprimento da promessa. Dai a magrelação, e a escolha da data nao podia ser mais feiz.

Quando as forças repressivas chegaram, a multidão era ja tão densa que as proprias autoridades temeram as consequencias de um recurso à violencia. Os operários acabaram por se dispersar pacificamente apos haverem exposto as suas reivindicações.

GUARDA REPUBLICANA — O descontentamento nas fileiras da Guarda Nacional Republicana e cada vez mais accentuado, devido aos baixos vencimentos, e à insuficiencia das "vantagens". Em princípios de Outubro, houve um levantamento de rancho no Quartel do Regimento de Cavalaria de Carmo, em Lisboa. O movimento teve por causa o inconformismo das praças em face da ridicularia do subsidio de fardamento: 55 escudos! Os soldados foram admoestados, mas não houve castigos.

BARREIRO — No dia 28 de Agosto, no Barreiro, Baixa da Banheira, Alhos Vedros, Moita, Pamela e Setúbal os muros e as estradas apareceram pintados com grandes inscrições: AMNISTIA! SALVEMOS A VIDA DOS PRESOS DE PENICHE! ABAIXO A PIDE! ABAIXO O FASCISMO!

Milhares de pessoas viram essas inscrições, pois, sendo domingo, a PIDE não encontrou o pessoal da limpeza. Em Alhos Vedros, onde as inscrições apareceram em volta do mercado, houve verdadeira romaria ao local, contando-se por milhares as pessoas que, em grupos comentavam o acontecido. Na Moita quanto mais lavavam as inscrições mais nítidas elas ficavam: eram de nitrato!

DIVERSAS — Em consequencia do desenvolvimento vitorioso de varias lutas reivindicativas obtiveram aumentos os operários das seguintes empresas da margem sul do Tejo: Wicander, no Seixal, 5%; Silva & Silva, tambem no Seixal, tres escudos; pessoal da limpeza da Camara Municipal da Moita, 250; salinheiros de Alcochete, quatro escudos; Parry & Son, Almada, 10 escudos; Lisnave, Cova da Piedade, oito a dez escudos. Na CUF e na UFA, 75% dos operários receberam aumentos variáveis de quatro a dezessete escudos, e, além disso subsidios de férias, subsidios de doença e outras vantagens.

Logo após a consumação das "eleições" fascistas dos deputados à "Assembleia Nacional", foi-me pedido um apontamento critico dos aspectos que mais caracterizaram a "campanha eleitoral", especialmente os que se relacionavam com a opposição anti-fascista.

Embora não me surpreendesse a desistência dos candidatos anti-estadonovistas que, na presentec conjuntura politica portuguesa, também eram os únicos candidatos do povo, fiquei contrafeito com a posição irredutível por eles assumida. E' que se me tinha radicado no espirito que aquela seria a melhor oportunidade para se aferir a capacidade de coordenação dos movimentos politicos, para além das "eleições", na luta de todas as horas contra a engrenagem do fascismo. Seguindo o pensamento do companheiro dr. Manuel Serôrio, o período de liberdade consentida que precedeu as "eleições" não deveria consumir-se num dialogo vao com os mercenários do regime. Era para o povo que deveriam dirigir-se os pensamentos e acções dos candidatos, porque só com ele teria sido possível travar um dialogo útil. As "eleições" fascistas não são da vontade do povo, todos o sabemos, mas o período que as antecede pode proporcionar a dinamização da vontade nacional contra o regime, desde que os candidatos imprimam à sua acção um sentido, accentuadamente realista, alicerçado na ansiedade colectiva.

Eu escrevera então: "lição aí está em termos simples, na realidade decepcionante das ultimas "eleições" fascistas, a sugerir-nos a melhor linha de rumo: — a UNIDADE. A unidade táctica e estratégica numa luta que é de todos os democratas não pressupõe, de modo algum, renuncias ideológicas individuais ou partidárias. Representa antes o unico meio de se aglutinarem vontades dispersas, em convergencia com os sectores consciencializados da opposição anti-fascista. A realidade palpável do movimento unitário português já demonstrou que só a integração efectiva de todos os opposicionistas na luta esquematizada contra o regime, tornando as promessas realidades pela sua acção nos meandros da luta, poderá destruir uma estrutura politica de quarenta anos de existência. O messianismo revolucionário já demonstrou a sua incapacidade através de algumas tentativas infrutíferas que, em vez de enfraquecerem o aparelho terrorista do fascismo, deram azo a que mais se robustecesse, tornando os seus processos mais indetectáveis com os designios da sua função. A história dos movimentos revolucionários fragmentados está feita através dos insucessos de algumas tentativas de deposição do regime só puderam ser colmatados pelo possível gerar-se uma plataforma da unidade para acções de choque contra o aparelho de repressão fascista, os indícios evidentes de vacilação das infra-estruturas do regime só puderam ser colmatados porque o sentimento unitário se foi desintegrando, por carência de um organismo de cúpula que o mantivesse coordenado e actual.

Estava ainda cogitando nas consequencias amargas da desistência dos candidatos do povo, amenzando-as embora, com a esperança vemente de que a lição haveria de servir a todos os democratas portugueses, quando me chegaram às mãos três documentos de extraordinário significado politico, que me revelaram a mais sólida determinação dos seus signatários ante as atitudes demagógicas do governo fascista. O seu conteúdo agitou o meu espirito como que numa promessa de consoladora certeza. Os monárquicos, os católicos e os democratas de vários matizes estavam finalmente de acordo em questões fulcrais da vida politica da Nação. Os conceitos ideológicos neles expressos revelam uma vigorosa expressão da vontade nacional, relativamente ao seu sentimento de reprovação das guerras coloniais e de outros aspectos significativos que colocam o regime vigente à margem dos interesses nacio-

nais. Tudo indica qu estão criadas as condições objectivas minimas para que o anti-fascismo adopte, sem delongas, programas tácticos de conjunto, de harmonia com a realidade actual da luta anti-fascista.

Têm-se-me oferecido algumas oportunidades de abordar a questão de tanta acuidade que é a abdicção temporária e concepções individualistas de molde a permitir que a convergencia de todos os esforços válidos favoreçam e impulsionem a direcção unitária da luta. Afinal, a população democrática do País, por intermédio das suas organizações, já fez sentir claramente que não existem divergencias nas questões fundamentais que a opõem ao regime. As soluções imediatas que é mister encontrar para que a Nação Portuguesa se integre na evolução do pensamento moderno não podem desviar-se, na verdade, das reformas radicais tão corajosamente preconizadas pelos candidatos anti-estadonovistas e logo apoiadas por organismos responsáveis na condução de ponderáveis sectores da população.

Têm-se consumido preciosas energias em lutas negativas, têm-se dispersado vontades em actividades divisionistas, quando deveriam concentrar-se todos os esforços no escoramento da muralha oposicionista. A invocação de exemplos inadaptables ao caso especifico português tem servido de argumento "de guerra" a algumas vozes sibílicas, cujos ecos se perdem na inconsciência da aplicação das medidas que apregoam.

Ainda os órgãos de propaganda governamental, tinham iniciado a campanha de histeria, incitando os mercenários do regime à repressão contra os candidatos anti-estadonovistas e já, como bom serventuário fascista, a "VOZ DE PORTUGAL" que se edita em Montreal, Canada, esbracejava em atitudes virulentas contra personalidades anti-fascistas e anti-colonialistas, descendo ao unico campo que lhe interessa e ao qual pretende arrastar as suas "vítimas" — o ataque pessoal —, cobarde e vilmente utilizado com o intento de amolecer os combatentes mais fogosos e esclarecidos. O estrategema é velho e relho na sua táctica de atração dos incautos ao antro nauseabundo onde háo de sepultar-se um dia todas as suas ambições mesquinhas. Este exemplo é demasiado eloquente para que se deixe esquecido de todos os democratas portugueses, até daqueles que as mais das vezes se quedam silentes às arremetidas das ramificações fascistas neste país. O Canada está a ser alvo das atenções especiais da PIDE, para onde tem exportado mercenários, incumbidos de missões especiais, que vão do enleamento dos menos prevenidos à atracção de organizações recreativas e folclóricas, para fins de propaganda fascista. Não pode dissociar-se a "Voz de Portugal" das campanhas enleadoras da PIDE, sem correr-se o risco de cair nos seus ardis. A actividade politica dos democratas conscientes neste país é requerida pelo sentimento democrático do nosso Povo para actos em que a sua generosidade fortaleça mais e mais os seus anseios de libertação.

Os monárquicos liberais, os católicos e os democratas de vários credos politicos, já se definiram em pontos capitais. Excederam até as previsões de muitos, revelando um extraordinário desassombro ao responderem de forma tão concreta ao incitamento do governo a histeria colectiva, para ocultar do Povo num esgar de agonía, as razões do seu afundamento. Foram claros ao apontarem sem resistencias, as causas da grave enfermidade de que traz prostrada a Nação: as guerras coloniais, a invasão de capitais estrangeiros, o baixo nivel de educação do Povo, o seu infimo padrão económico, que se reflecte numa miséria de todos os dias, enfim, todo o quadro negro que é o espelho de quarenta anos dum sistema politico, estruturalmente divorciado das fontes criadoras do Progresso.

Toronto, Canadá, Dezembro/65



PORTUGAL DEMOCRATICO

DOIS DISCURSOS

OS MILHOES GASTOS NA GUERRA COLONIAL E O DESPREZO EVIDENTE PELOS PRESOS DE PORTUGAL

O problema da guerra colonial acaba de ser definido pelo Almirante Americo Tomaz ao anunciar a intensificação dos processos de defesa da integridade nacional a par do desenvolvimento do espaço português. Desta forma, na recente sessão de abertura da chamada Assembleia Nacional, o senhor Americo Tomaz, de uma só cajadada colocou a limpo e em letra de forma dois problemas que na sua forma se conjugam no mesmo verbo — exploração do povo português.

Na mesma data, o Ministro da Justiça respondendo às críticas feitas durante o "período eleitoral" às actividades do seu Ministério, desenvolveu um longo panegírico sobre as instalações das repartições de justiça e a deficiência das prisões portuguesas.

Os dois discursos, que encerram fundamentalmente a mesma linguagem servil de vassalagem comprometida à política Salazarista merecem alguns momentos de reflexão, sem os quais será impossível, mesmo ao leitor mais benevolente, tirar as conclusões negativas que certas declarações nos inspiram. A posição ridícula assenta bem mesmo em dois personagens de uma mentira política que se arrastam há cerca de quarenta anos e que agora perto do fim, recorrem aos mais labirínticos caminhos de dialéctica moderna para renovar declarações antigas.

De todo o discurso do Ministro da Justiça, que começa por afirmar, (e isto mesmo sem ter consultado o dr. Franco Nogueira, que na ONU continua a citar testemunhas estrangeiras que visitaram as colónias portuguesas e afirmando em cada reunião que não há sinais de levantamento nacionalista) que "o país está em guerra e as mobilizações militares atingem naturalmente este como outros sectores da actividade nacional". Naturalmente que estas palavras, salidas sem a precaução que é apadrinhado dos servidores de Salazar, tendiam apenas a esclarecer a opinião pública sobre a razão fundamentada pela crítica de que a magistratura não estava de acordo com a dignidade e a tradição da justiça portuguesa, e o senhor Antunes Varela, ao tentar ressaltar a glória da justiça portuguesa acabou por afirmar a grande verdade sempre ocultada, a verdade da guerra colonial.

Por isso mesmo não nos admira que no mesmo dia o sr. Americo Tomaz salientasse como primeira medida e principal preocupação do Governo fosse a guerra colonial, afirmando: "colocada a Nação portuguesa no trágico dilema de ser ou não ser, de continuar a sua vida ou sofrer profunda viragem na sua História, não temos outra escolha que não a de empenhar-nos.

« Faulha »

A imprensa anti-colonialista de língua portuguesa acaba de ser enriquecida com um novo jornal "FAULHA" editado em Accra, Ghana. O número 3, que recebemos oportunamente, publica além de variado noticiário sobre a marcha da luta na Guiné dita Portuguesa, em Angola e Moçambique, um importante artigo do presidente Nkrumah sobre a aliança dos governos de Portugal e da África do Sul com a camarilha rodésiana de Ian Smith; um artigo de Agostinho Neto, presidente do MPLA sobre a posição da OUA em face do movimento de libertação nacional angolano; as resoluções da Conferência do C. O. N. C. P. realizada em Dar es Salaam; um comentário sobre as "eleições" portuguesas; a transcrição de um extracto do livro "Guerra em Angola", de Mario Moutinho de Paiva; e um poema do escritor português Jonas Negalha, radicado no Brasil.

O endereço do FAULHA é P. O. Box. M. 171, Accra, Ghana.

A FRUTA E OS LEGUMES SÃO CAROS E RAROS, MAS O GOVERNO QUER EXPORTAR FRUTAS E LEGUMES

como temos feito, na intransigente defesa da integridade pátria, em qualquer ponto onde tentem atacá-la". Mas logo a seguir, com toda a piedade cristã, tem o arrojo de afirmar: "Somos sem dúvida uma Nação pacífica, menos por fraqueza do que pela índole natural do povo".

Não se esqueceu de abordar o problema da pobreza do povo português e o esforço dispendido na chamada acção civilizadora de África, e embora os números que adiante cita sejam bem magros em paralelo com a realidade, perante tal pobreza não tem qualquer pejo em afirmar que "é sem dúvida esforço de admirar o que até agora tem podido ser realizado e acredita a nossa Administração — gastar milhões na defesa ultramarina e outros no desenvolvimento económico".

Perante tal ideia ocorre-nos apenas um pensamento: o governo Salazarista, segundo o seu porta-voz Tomaz, está cada vez mais decidido a usurpar o povo português gastando milhões numa guerra que envergonha o mundo e coloca Portugal na posição final da escala humana, e porquê? Porque a guerra colonial é a fonte de receitas dos grandes monopolistas, é o campo aberto para todas as traficâncias que possam servir para os compromissos com países como os Estados Unidos da America e a Alemanha Federal que a pouco e pouco vão hipotecando Portugal com juros a longo prazo e um bom usufruto imediato. E' por isso apenas que se gastam milhões na guerra colonial, que mandam para a fornalha africana os jovens portugueses e que se massacram do modo mais cruel os milhares de moçambicanos, e angolanos, a par de uma luta inútil que dia a dia vão perdendo na Guiné, como já perderam na Índia.

Mas o Governo Português não se interessa com problemas de razão, com sentimentos de humanismo; perfilha a guerra e coloca as suas consequências funestas e dramáticas sempre sobre os ombros do povo, desse povo que se levanta, que desabrocha para a revolução, para os caminhos da liberdade. E isto na medida em que atinge uma maior consciencia dos problemas de razão, de direito e de emancipação humana, fora do confidencialismo em que estava hibernando há quarenta anos.

Por isso não é de admirar que o sr. Antunes Varela se preocupe com a desorganização e o desprestígio da Justiça Portuguesa, pois ele sabe, embora pratique o contrário que a Justiça Portuguesa não pode ser uma verdadeira justiça, uma balança com peso de razão, estando simultaneamente a fazer o jogo do governo fascista. Mas ele encontrou um modo fácil de sair do assunto, atirando para o esquecimento os problemas de fundo e salientando apenas a falta de instalações dos magistrados. Muito por alto focou o aspecto de algumas cadeias comarcas, mas esqueceu-se proposadamente de Peniche, de Caxias, do Tarrafal e muitas outras. Enfim, procurou o caminho mais fácil para atingir o fim fascista.

Porque não vale a pena "gastar cera com maus defuntos", não interessa aqui fazer uma crítica ao Ministério da Justiça e aos seus actuais administradores. Seria longo, e os problemas de fundo não se resolvem com a mudança de um homem mas sim de um sistema completo. Mas para que os nossos amigos vejam até que ponto se cobriu de ridículo este alto magistrado da nossa terra, basta transcrever uma pequena nota do seu longo discurso e ver como ele encontrou fortes razões para uma restauração completa das instalações judiciais.

Diz a certa altura: "Havia salas de audiência colocadas sobre as camaratas dos presos, onde no verão era quase impossível trabalhar pelo cheiro nauseabundo que subia dos compartimentos subjacentes".

Naturalmente que estas palavras são a consequência de um inquerito feito apenas em cadeias comarcas onde se julgam "pobres pedintes" e casos de pouca importância, mas o seu desprezo vai mesmo até eles, não se concentra apenas nos presos políticos, de que não se atreveu a falar. O caminho era talvez perigoso demais...

E meus caros amigos, aqui está a realidade do nosso povo segundo as palavras mais recentes do Chefe do Estado e do Ministro da Justiça unidos contra o povo português.

PARIS, Dezembro ADÉRITO LOPES

Bombas de Chouriço

As autoridades fascistas vi, vem ultimamente obnubiladas pela mania dos atentados. Descortinam fantasmas de terroristas em todo lado. Basta uma simples denúncia para mobilizar um formidável aparelho policial e paralisar as actividades onde quer que seja.

Foi o que aconteceu em outubro com o "Niassa". No dia vinte desse mês já o grande navio saíra à barra quando a PIDE recebeu um telefonema anónimo esclarecendo que havia uma bomba a bordo! Divulgou-se que a alta administração fascista fôra atingida por um raio. Até o decrépito mestre de Santa Comba entrou na ronda dos telefonemas. Daí a instantes o paquete recebeu ordem de arribar a Cascais, onde foi esquadrihado de alto a baixo. Apenas se encontrou uma lata que inspirou desconfianças. Mas essa era altamente suspeita. Os técnicos em explosivos da PIDE e do Exército sorriam seguros: Não tardaria a ver-se que aquilo era o bastante para fazer o "Niassa" voar pelos ares. Não foi entretanto, o que se viu, para desprestígio das surmidades da PIDE. Carregada com todas as precauções, a lata foi levada para um local ermo da Margem Sul e destruída a distância, por um petardo. Um agradável cheiro a chouriço espalhou-se então pela atmosfera. A lata estava cheia de saborosos enchidos!

Colonialismo e Anticolonialismo GUINE'

A situação na Guiné continua a evoluir favoravelmente aos patriotas do P. A. I. G. C. que controlam um terço do País. Até o "pacificador" Arnaldo Schultz, ante a gravidade da conjuntura, deixou-se agora de bravatas e não fala já em surtidas e operações punitivas. De um modo geral, as tropas portuguesas mantêm-se nas respectivas guarnições, abandonando a quase totalidade do território do interior à acção dos guerrilheiros do PAIGC. Dai os progressos da organização do novo Estado que vai tomando forma ao lado da moribunda administração colonial.

A insegurança, mesmo nas povoações é total. Em Outubro, dois alferes foram raptados quando passeavam no centro de uma aldeia. Supõe-se que foram levados para Conakry.

Para que se faça uma ideia do que custa à Nação esta guerra da Guiné, basta dizer que nos últimos 19 meses um único pelotão de artilharia gastou 4.000 tiros de peças de 12 e 15 centímetros. Ora cada tiro custa entre 900 e 1.000 escudos...

O descontentamento entre as tropas é, compreensivelmente cada vez mais acentuado. Todos os soldados e alguns oficiais dizem alto e bom som que a guerra está perdida e que é uma estupidez estarem ali a arriscar a vida para satisfazer os senhores do governo... Tres sargentos foram presos quando tentavam dinamitar uma ponte. Foram imediatamente levados para Lisboa, onde se diz que o Ministério Público pedirá para eles a pena de morte prevista pela nova legislação...

Em outubro houve também uma tentativa de levantar numa companhia de caçadores que recebeu ordem do Comandante militar de Bissau para ir realizar uma batida no campo de helicópteros. Como a companhia em questão estava prestes a partir para Lisboa, o comandante, um oficial miliciano, recusou-se a cumprir a ordem, alegando que já terminara o tempo de serviço de sua unidade. Foi ameaçado de prisão, mas manteve-se firme, contando com o apoio local dos soldados e sargentos. O comandante militar acabou por anular a ordem.

Militares Contra a Guerra Colonial

Dando continuidade à publicação de depoimentos de militares democráticos que participaram da guerra colonial, iniciada em nosso último número, divulgamos abaixo as declarações do soldado de infantaria Rui Jorge Pires.

RUI JORGE PIRES Soldado de Infantaria GUINE'

Era preciso acabar com a guerra — este era o pensamento de todos nós, soldados expedicionários, na Guiné, dizíamos.

Já algum tempo passou sobre a minha deserção. Mas tudo está vivo ainda na memória: esse acontecimento, e os motivos que me levaram à revolta. E' difícil esquecer uma guerra colonial... Chamo-me Rui Pires, soldado número 1797/63, da Companhia de Artilharia 565, com sede em Fulacunda.

Embarquei para a Guiné no dia 12 de Outubro de 1963, tendo começado por prestar serviço em Bissau, donde fui transferido para Fulacunda passados 2 meses.

E' certo que, quando cheguei a Guiné, eu pensava de uma maneira muito diferente, e não me passava pela cabeça a ideia de desertar. E' que em Portugal, o soldado português é vilmente enganado, pois através de uma campanha mentirosa, fazem-nos crer que os povos coloniais não têm razão, e que a luta que se trava não é a luta deles, mas a luta de terroristas que vêm do exterior provocar a "desordem".

Mas quando se vive na Guiné, todo o castelo de mentiras dos colonialistas cai. A verdade salta à vista. Todos nós conhecemos como são tratadas as populações nativas. Todos nós conhecemos e vimos com os próprios olhos cometerem-se crimes horrorosos que são a vergonha de uma nação que se diz civilizada.

Entre muitos casos que me chocaram profundamente, lembro-me que no dia 26 de Dezembro de 1963, às duas horas da madrugada, sai do quartel fazendo parte de uma força de 2 pelotões sob o comando do capitão Gonçalves, encarregados de uma missão de "limpeza", isto é queimar todas as povoações de nativos que encontrássemos e fuzilar os seus habitantes — homens, mulheres e crianças.

Chegados à povoação de Ana Beafada, que fica a 8 quilómetros de Fulacunda, verificamos que a população tinha fugido para o mato, quando deu pela aproximação da tropa. Na sua fuga precipitada, não tiveram tempo de levar consigo uma pobre velha doente e cega que fomos encontrar dentro de uma palhota. Ao pressentir a

aproximação da tropa, a infeliz perguntou, talvez julgando tratar-se dos seus familiares:

— Quem está aí?  
A resposta foi brutal:  
— Nós já te dizemos quem está aqui!

Quase de rastos, dois soldados conduziram-na à presença do capitão (deixo aqui o nome inteiro desse canalha — Luiz Soares dos Reis Gonçalves — para que um dia responda em tribunal por crimes de guerra):

— Meu capitão, encontramos esta velha dentro de uma palhota. Que é que fazemos?

— Matem-na! — foi a resposta seca do assassino.

Arrastaram a pobre velha para um pouco mais longe (cerca de 50 metros), e um soldado despejou-lhe uma rajada de G3 na cabeça.

Nesse momento não sei explicar a que senti, talvez raiva, talvez desespero, talvez tristeza. Olhei para os meus camaradas e vi lágrimas nos olhos de alguns deles. Durante alguns minutos ninguém proferiu palavra, e estávamos todos como que colados ao terreno.

A visão da pobre cega com crânio desfeito não me saiu da memória durante muitos e muitos dias, e ainda hoje que penso nisso, sinto o sangue ferver dentro de mim.

Este foi apenas um dos casos a que assisti. Podia contar outros. Mas isso dói-me cá dentro. Uma dor não só de mim, mas de todos.

Hoje estou em condições de poder falar bem alto e dizer abertamente quanto detesto o regime fascista de Salazar e a sua vergonhosa guerra colonial.

E quando penso nos outros soldados como eu, que são obrigados a entrar nestas guerras, eu penso nisto e tenho vontade de gritar: Desertai para serdes homens livres!

OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE (hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUES

O 31 DE JANEIRO



O aniversário da Revolução republicana do dia 31 de janeiro de 1891 foi comemorado devidamente pelos democratas portugueses. Em São Paulo, o Centro Republicano Português promoveu um ato durante o qual o seu presidente, capitão João Sarmiento Pimentel, evocou o significado daquela efeméride republicana, cujos ideais e figuras serviram de exemplo aos revolucionários de 1910 que, cinco dos quais, Antonio Luis Gomes, Bernardino Machado, Celestino de Almeida, Antonio José de Almeida e Afonso Costa — se vêm reunidos no cliché que reproduzimos. Associando-se à data, os professores Ruy Luis Gomes e José Morgado enviaram à nossa redacção um telegrama manifestando a sua confiança na próxima libertação do povo português.



# Pela amnistia e contra a repressão

## Libertemos José Vitoriano!

O Comité Francês para a Amnistia em Portugal acaba de editar um folheto de 32 páginas intitulado "Medidas de Segurança e Torturas em Portugal." Dêse importância ao documento, a que faremos referências mais pormenorizadas em nosso próximo número, transcrevemos abaixo o texto referente a um grande patriota cuja liberdade é exigida neste momento pelo povo português: JOSE' RODRIGUES VITORIANO:

Nasceu em 1917, no Algarve no sul de Portugal.

Operário tinha a estima de todos os seus companheiros de trabalho que o elegeram presidente do sindicato dos operários da cidade de Silves (Algarve). A dedicação e energia intransigente que punha sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores atraíram



JOSE' VITORIANO

sobre si as perseguições policiais e tornaram-se por fim o pretexto da sua prisão, em 1948.

Perante o tribunal foi acusado de ter-se aproveitado da sua posição de dirigente sindical para através dela exercer actividades contra o regime. Violentamente espancado durante os interrogatórios da PIDE, condenado a dois anos e meio de prisão pelo tribunal plenário de Lisboa, só foi solto três anos mais tarde. Retoma imediatamente, na clandestinidade, o seu posto de dirigente da oposição ao regime de Salazar.

No princípio de 1953 JOSE' RODRIGUES VITORIANO foi novamente preso: o mais completo isolamento, noites e dias de torturas intercalam-se com os longos interrogatórios da PIDE. Suporta com a maior coragem todas essas violências. No tribunal é acusado de graves delitos contra a segurança do Estado e segundo as próprias palavras do juiz, tudo o que possa dizer em sua defesa não fará mais do que confirmar esses "delitos". Condenado assim desde o início, nenhuma intimidação do tribunal consegue impedi-lo sequer de tomar publicamente a defesa de todos os que como ele, trabalharam e lutam contra o fascismo. Calma e firme a voz de JOSE' RODRIGUES VITORIANO eleva-se acusadora, para denunciar "o fascismo fonte de tantas desditas do povo português". O presidente do tribunal ordena-lhe logo que se cale e os policiais arrastam-no à força para fora do tribunal. JOSE' RODRIGUES VITORIANO foi então condenado a 4 anos de prisão segundo "medidas de segurança".

Em 1957, com a sua pena de 4 anos e um período de seis meses de "medidas de segurança" já cumpridos, a PIDE apresta-se a montar em toda a linha um processo revoltante, pretensamente fundamentado em... "actividades subversivas na fortaleza de Caxias, visando a derubar o governo pela força..."

Segundo a polícia, esta tinha nas mãos uma prova "esmagadora": a cópia do regulamento do movimento de solidariedade, escrita pelo inculcado. Nada mais.

No tribunal plenário, uma nova paródia de julgamento se renova. A defesa demonstra com a maior facilidade, que desde sempre, a existência de organizações de solidariedade entre prisioneiros políticos, careceu de qualquer carácter político; que de modo algum se poderia tratar de uma ameaça para a existência do governo. Mas o tribunal conservou-se deliberadamente insensível diante da ausência de qualquer fundamento para a sua acusação. Foi pronunciado um veredito extremamente brutal. JOSE' RODRIGUES VITORIANO foi assim arbitrariamente condenado a 5 anos de prisão com "medidas de segurança" renováveis para períodos que vão de um a 3 anos e com cassação dos direitos políticos por 15 anos.

Nos cárceres das fortalezas de Caxias e Peniche (onde se encontra atualmente), JOSE' RODRIGUES VITORIANO viu escoar-se assim 16 anos DA SUA VIDA.

Sendo a sua família muito pobre e habitando muito longe de Peniche, não pode deslocar-se com frequência do Algarve ao norte do país. Privado por esta razão de visitas regulares da mulher e do filho de 16 anos que mal chegou a conhecer, a coragem e a abnegação de JOSE' RODRIGUES VITORIANO obrigam-nos ao dever de agir sem demora junto das autoridades responsáveis para exigir a sua libertação imediata.

### ALICE CAPELA TORTURADA

Por informações recebidas das câdeias fascistas, conhecem-se já alguns fatos ligados à prisão da jovem Alice Capela.

A primeira vez que compareceu na PIDE, poucos dias após a prisão, foi tratada com amabilidade forçada e, enquanto lhe tiravam fotografias e convidaram-na a assinar um documento em branco, destinado às impressões digitais. Quando, dois meses depois foi novamente à PIDE, as coisas passaram-se de outra maneira... Durante três dias e quatro noites não pôde dormir. Os interrogatórios eram ininterruptos. Os agentes Tinoco e Abílio Pires dirigiram tudo. Quando, esgotada, Alice Capela, teve um primeiro desfalecimento, o médico, chamado pelos esbirros, pretendeu extorquir à jovem as declarações que os agentes dela não haviam obtido. Insolente e acanhado recorreu a gestos obscenos, a pretexto de observar a doente, procurando humilhá-la. Vendo que nada obtinha retirou-se dizendo que "o que ela precisa é de um valente ensaio de porrada".

Apareceu depois o agente Sachetto que se destemperou em obscenidades juntamente com o Tinoco.

A essa altura Alice Capela já tinha visões, com o sistema nervoso completamente em baixo. Não conseguia sequer encostar-se à parede. Mas os interrogatórios e as provocações continuaram. Para lhe aumentarem o sofrimento, os agentes sbríam e fechavam gavetas e portas com estrondo. Quando Alice Capela sofreu um primeiro ataque cardíaco, meteram-lhe uma toalha na boca e, só, bastante depois, lhe aplicaram uma injeção de corami-na com receio de a verem morrer ali. Entretanto, seis horas depois, recommearam a interrogá-la. Inutilmente aliás, pois a sua boca só se abria para insultar os esbirros que a torturavam, referindo-se inclusive a desgraças que poderiam acontecer ao filho pequenino...

Decorridos cinco dias foi finalmente transferida para Caxias. Devido ao estado de fraqueza em que se achava, a mudança para o ambiente húmido do presídio fá-la contrair uma pneumonia. E não a deixaram sequer restabelecer dessa grave doença. Foi quase logo transferida, com a mãe — também presa — para uma sala onde a água escorria permanentemente pelas paredes, alagando tudo. Levaram-na daí a dias à PIDE, cheia de febre, e tentaram durante cinco horas convencê-la a assinar os "autos". Só quando completou quatro meses de prisão Alice Capela passou a ser submetida ao regime normal de Caxias. Entre os vexames a que a submetem figurou o assédio de um pífio chamado Manuel Rodrigues que lhe fazia "propostas

amorosas" e convites para fugir com ele para o estrangeiro.

### O INFERNO DE CAXIAS

As presas de Caxias foram transferidas em Maio para as novas instalações do reduto Norte. Acham-se agora na ala direita do segundo piso: um longo corredor com celas de ambos os lados e dividido por um gradeamento envidraçado. As celas maiores, para quatro presas, tem 4,45 x 4,45 metros. O mobiliário e constituído por quatro camas armadas em dois beliches, uma mesa, quatro cadeiras e um armário. A um canto há um arremedo de casa de banho com 1,65 x 1,45. Há também celas menores, com 4,45 x 3 metros. As paredes e o chão são de cimento.

Presentemente as presas têm direito a duas horas diárias de recreio e podem usar calções, ler e costurar. Estão, contudo, proibidas de cantar. Entretanto, no recreio as presas de cada cela só podem manter contacto com as de outra indicada pela direcção do presídio, e que é sempre a mesma.

### SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

O secretário geral da União Internacional dos Trabalhadores da Construção Civil, da Madeira e dos Materiais de Construção, Veikko Porkkala, enviou ao "presidente" da República de Portugal a seguinte carta:

Senhor: E' com profunda indignação que acompanhamos o bárbaro terror exercido — em flagrante contradição com os direitos do homem — pelo governo e pelas autoridades do seu país contra as esquadras progressistas e em particular contra os trabalhadores. Esse terror que reina há tempo no país e que toda a gente conhece, resulta do facto de os cidadãos e a classe operária do seu país não quererem submeter-se a condições de vida que as privam de todos os direitos democráticos que a sociedade moderna deve aos seus cidadãos. As convenções internacionais a Carta dos Direitos do Homem fixaram as normas universalmente reconhecidas em todos os Estados constitucionais e cuja violação sofreu a condenação da humanidade.

Um dos direitos fundamentais do homem é o direito à actividade dos trabalhadores e de suas organizações sindicais, tal como o seu direito de contribuir para a melhoria das condições de trabalho e de salário. Até mesmo esses direitos fundamentais são negados aos trabalhadores do seu país, mas dirigentes da classe operária e das organizações sindicais foram presos por terem agido no sentido da realização das justas reivindicações dos operários, para que estes e suas famílias possam viver uma existência digna do homem e garantir uma vida decente às respectivas famílias.

Nós e os nossos 11 milhões de membros de diferentes continentes não partilhámos a opinião de que as vossas autoridades fazem um princípio segundo o qual constitui crime dos trabalhadores — punível com a prisão e a tortura — o empenharem-se na luta por uma existência decente e pela melhoria de condições de vida insuportáveis. Pensamos pelo contrário, e conosco todos os nossos associados, e centenas de milhões de trabalhadores no mundo inteiro, e todas as esquadras progressistas, inclusive os trabalhadores e a grande maioria dos cidadãos do seu país que aqueles que recorrem aos métodos usados pelas vossas autoridades cometerem um crime flagrante contra os direitos do homem.

Por esses motivos, a União Internacional dos Trabalhadores da Construção Civil da Madeira e dos Materiais de Construção apresenta, por intermédio do seu Secretariado, o seu enérgico protesto junto do seu governo e das autoridades que participam dos atos de terror contra a classe operária portuguesa e mantém o regime ditatorial que representa um sem número de sacrifícios para a população do seu país.

Em nome de todos os membros da União Internacional, o Secretariado desta exige a libertação dos trabalhadores presos por causa da greve da Porto Pinheiro e de outros trabalhadores detidos assim como a liberdade de actividade sindical para todos os trabalhadores de Portugal.

# A Situação em Peniche - II

CONCLUIMOS NESTE NÚMERO A PUBLICAÇÃO DO RELATO SOBRE A SITUAÇÃO DOS PRESOS ENCARCERADOS EM PENICHE:

Dada a incompetência do médico da Cadeia, os presos têm de recorrer a médicos de fora, mas a direcção da Cadeia só permite (e com muita dificuldade) o recurso a especialistas, sendo a visita destes paga pelos presos. Só quando o estado de saúde dum preso é manifestamente grave ou se impõe como absolutamente necessário um tratamento impossível de fazer na Cadeia, é que o doente é levado ao Hospital-Prisão S. João de Deus em Caxias ou ao Anexo Psiquiátrico da Penitenciária de Lisboa. Mas há casos em que nem mesmo a gravidade da doença consegue vencer a insensibilidade e a desumanidade do médico e do carcereiro. Citamos o caso do dirigente do Partido Comunista Manuel Rodrigues que teve uma trombose cerebral que o deixou completamente paralisado de metade do corpo e que sofria de obstrução duma artéria da perna, e que apesar de já ter 21 anos de cadeia, esteve nesta situação (sem conseguir ser internado no Hospital-Prisão e a ser assistido pelo ignorante médico da cadeia) durante os últimos anos de cativeiro até ser posto em liberdade em 1964. Foi operado num hospital de Lisboa logo após a sua libertação e com muito custo lhe salvaram a perna.

Dado o tipo de regime penitenciário o ambiente de repressão e ódio que pesa sobre os presos nesta cadeia, as deficiências de alimentação e o clima húmido da região, são frequentes as doenças nervosas, do aparelho digestivo e reumáticas. O enfermeiro da cadeia (único e sem substituto mesmo quando faz férias) há 30 anos que ocupa o lugar e é um indivíduo empedernido e desumano, mais polícia do que enfermeiro, que colabora com as autoridades prisionais na repressão e nas violências sobre os presos. Com a cumplicidade do médico exorbita as suas funções e pratica o exercício ilegal da medicina.

Durante muitos anos não houve dietas. Actualmente, a única dieta que os presos, ao fim de grandes lutas, conseguiram obter, e que é sempre a mesma qualquer que seja a doença é baseada no rancho, no qual substituem os gulsados e os fritos por cozidos e o chicharro por peixes menos ramosos.

Outro dos mais frequentes motivos de tensão e de castigos respeita ao sistema de visitas. Estas são apenas concedidas normalmente às esposas pais, filhos, irmãos, tios e sobrinhos de maioridade. Têm uma duração sempre inferior a duas horas e por vezes nem a 1 hora chegando devido a lotação total dos parlatórios ser apenas de 8 presos. Nos actuais parlatórios os presos estão separados dos seus por uma larga mesa de pedra, com vidro a meio e rede na parte superior até ao tecto. As visitas tornam-se uma verdadeira tortura em virtude da grande dificuldade de audição, e das constantes intervenções dos guardas que até para os familiares dos presos são incorrectos e grosseiros, acarretando como consequência habitual o corte da visita o castigo do preso (José Bernardino, por exemplo, cumpriu em Junho 15 dias de "cela disciplinar" por tal motivo) e chegada do mesmo ao extremo da proibição permanente das visitas, como ocorre há quase um ano com o coronel Blanqui Teixeira, pai do preso Fernando Blanqui Teixeira.

As visitas em comum, que permitiam uns momentos de convívio próximo entre presos e familiares, foram canceladas a partir de 1960 e são apenas concedidas, desde há pouco tempo quando do aniversário do preso. Para dificultar ainda mais os contactos dos presos com os seus, os carcereiros estabeleceram desde abril de 1964 o regime dominical de apenas duas visitas mensais, dado ser o domínio para a grande maioria das famílias o único dia possível de deslocação a Peniche. Por vezes impedem mesmo a visita dos familiares sob pretextos fúteis como suceder não há muito, à irmã e cunhado do preso Carlos Costa, aresar de se virem despedir para a hem para Mecambique.

As visitas de advogados, mesmo de presos que ainda não têm julgamento, estão praticamente proibidas, não são permitidas sob a vigilância de um funcionário da cadeia.

Outro dos objectivos requintados da prisão especial é o de dificultar o estudo e o trabalho dos presos. Normalmente não são permitidos trabalhos manuais e o trabalho intelectual é dificultado de mil maneiras no objectivo complementar de impedir a valorização cultural dos presos. Os próprios cursos de alfabetização, que o governo diz ser uma das tarefas urgentes do regime, têm sido ferozmente reprimidos na cadeia. Os guardas têm ordem de intervir nas conversas sempre que suspeitem tratar-se de "lições", e também de assuntos que lhes considerem de ordem política, no que estão o que pretendem. Em relação a livros só são permitidos a cada preso 5 livros de "ficção" mas não considerados como tal todos os que não são livros escolares, segundo uma classificação bastante arbitrária da "censura" da Cadeia. Outros são pura e simplesmente proibidos de entrar, como estatísticas, relatórios de bancos, obras que a "censura" considera temas sociais ou políticos, embora com circulação no país. Livros em línguas estrangeiras, particularmente romances, etc. Raras vezes abrem uma excepção, juntando-lhe porém a proibição do empréstimo do livro a qualquer outro preso de modo que o arbítrio das autoridades alargue imenso o seu domínio. Uma biblioteca que os presos criaram folheas arrancada já há anos e é dirigida hoje pelos carcereiros que proibiram a leitura de muitos dos livros, por vezes, sómente porque foi ouvida a um preso uma referência elogiosa acerca deles. Quanto aos jornais só é permitida a entrada de dois diários, até há pouco, aliás, recorridos pelos serviços de censura da Cadeia. Outra manifestação cultural, igualmente expressamente proibida é a música, ao contrário do que sucede noutras prisões.

E' constante também o esforço dos carcereiros para sufocar o espírito de solidariedade e de ajuda mútua entre os presos. A estes é vedado oferecer ou emprestar qualquer objecto a um companheiro sem autorização prévia do guarda. A troca de alimentação é particularmente vigiada e regulamentada, tendo sido expressamente vedado durante vários anos e constituído um dos mais frequentes motivos de sanções. Ainda hoje, com excepção da fruta, da carne e de saladas, um preso pode apenas oferecer alimentos a dois dos seus companheiros. O empréstimo de um livro exige um pedido especial, e o de dinheiro, que os presos, de resto, não têm em seu poder, está totalmente vedado.

Muitos outros aspectos desumanos da situação de Peniche — como e das humilhações e vexames sofridos pelos familiares dos presos, certas limitações estreitas à entrega de alimentos que só são entregues mais tarde, por vezes totalmente deteriorados, e particularmente a crueldade refinada na aplicação quase constante de castigos, etc. etc. — mereceriam ser desenvolvidos para que fosse dado um quadro geral do que é a vida dos presos de Peniche, dia após dia, ano após ano — e há presos como José Vitoriano com 12 anos ininterruptos de Peniche... Mas é preciso ser breve e vamos por isso terminar com simples indicações das aspirações dos presos:

### III — OS PEDIDOS DOS PRESOS

Estas aspirações relativas ao regime prisional, como se verificará, são profundamente justas e humanas;

- 1.a) — Terminação do isolamento celular diurno com permanência facultada na sala de convívio.
- 2.o) — Visitas em comum nos dias festivos e periódicamente; visitas normais de 2 horas em melhores condições de audição e tranquilidade; terminação das limitações nas visitas de domingo e das condições ilegais nas visitas dos advogados.
- 3.a) — Melhor qualidade e maior variedade de rancho; terminação das limitações quanto à entrada de alimentos e sua distribuição;
- 4.a) — Substituição do actual método; assistência médica capaz com os tratamentos que forem necessários e dietas adequadas.
- 5.a) — Terminação do período de "observação".

(Continua na página 7)



# MENSAGEM DA JUVENTUDE À U.I.E.

Por motivo da passagem do 20.º aniversário da União Internacional dos Estudantes, a Juventude Democrática Portuguesa enviou aquela entidade a seguinte mensagem:

Queridos amigos:  
É com profunda alegria que saudamos o 20.º aniversário da U. I. E. Desde a sua fundação que ela não deixou de lutar de acordo com os ideais inscritos na sua constituição: pela defesa dos interesses dos estudantes, pela amizade e a compreensão entre a juventude, a paz, a liberdade e a democracia.

E é por isto que o papel desempenhado pela U. I. E. assume uma importância cada vez maior para todos os estudantes progressistas. A sua actividade reflecte perfeitamente as aspirações de uma juventude estudantil, consciente dos problemas do mundo moderno, e desejosa de empreender a construção do mundo de amanhã.

## A Realidade Angolana

(Conclusão da pág. 4)

Por outro lado, as prisões arbitrárias, o regime de terror colonialista, e os julgamentos em massa, contribuem para aumentar esta instabilidade política e social.

Em 3 de Julho de 1965, à noite, foram pronunciadas, por um tribunal militar, novas sentenças contra africanos acusados de "actividades subversivas". As penas infligidas vão até cinco anos e seis meses de prisão celular, com suspensão dos direitos políticos durante quinze anos.

Tudo isto, acrescido da propaganda de fanfarronadas e de oportunismo político e diplomático (2), proclamada impunemente na imprensa e na rádio, agrava ainda mais a tensão existente no país. A agonia colonial portuguesa é, porém, patente aos olhos, não só da população africana e europeia como dos observadores estrangeiros.

A vida torna-se cada vez mais difícil, mesmo para aqueles que partiram para as colónias para fugir à miséria em Portugal. Desde 1966, o preço dos alimentos aumentou de 24 por cento; e o custo geral de vida, de 15 por cento, segundo as estimativas oficiais. Entre 1964 e 1963, para um índice base 100 — 100, o nível de vida baixou de 413 para 332, na cidade de Uíge.

(1) Em 9 de Novembro de 1965, ALFRIED KRUPP, presidente de "FRIED KRUPP ESSEN" chegou a Luanda, em companhia do conde AHLEFELDT e do director geral da KRUPP em ANGOLA, para uma visita de duas semanas ao complexo mineiro de Cassinga. — in "Actualidade Económica", ano I, n.º 10 — Luanda, Novembro de 1965.

(Continua no próximo número)

(2) ... a diplomacia portuguesa se move — usando de todos os seus argumentos: históricos, sentimentais; prantos e lágrimas de seus embaixadores; requestamento e regalos a grandes damas influentes; mobilização do "alto comércio" e da colónia; condecorações, visitas, festas — em suma os recursos para uma pobre classe reaccionária que se comove ante a própria ignorância e que se curva às falsificações históricas de alguns "intelectuais". In "Civilização Brasileira" — Política Externa Independente: Um Balanço, Pg. 59 Ano I Março, 1965.

**O POVO PORTUGUÊS QUASE NÃO COME CARNE, MAS O GOVERNO PENSA EM EXPORTAR CARNE**

Como estudantes conscientes e progressistas, sabemos que somente uma acção comum nos tornará fortes.

Comemorando o seu vigésimo aniversário, organizando uma semana de solidariedade com todos os estudantes em luta, ela testemunha não somente a sua incansável actividade em favor deste objectivo, mas também a sua vontade de estreitar a amizade entre os estudantes, favorecendo o conhecimento dos problemas que lhes são comuns.

Neste momento, nós, estudantes portugueses, tendo crescido sob o jugo de um regime odioso, o fascismo português, declaramos que em todas as ocasiões, mesmo as mais difíceis, encontramos para nos socorrer, a solidariedade inteira e activa de uma organização que representa milhões de jovens.

E' pois com uma grande satisfação que fazemos saber que a nossa luta contra o governo fascista e colonialista de Salazar, progressista, a despeito de uma repressão mais forte do que nunca, e reafirmamos a nossa vontade de lutar até à vitória final ao lado com as massas trabalhadores do nosso país pela liberdade, a democracia, a elevação do nível de vida e de cultura do povo português pelo direito à independência dos povos das colónias portuguesas e por uma política de paz e amizade com todos os povos.

Estes ideais que são os da U.I.E., são também nossos.

E' porque nós os defendemos com intransigência que muitos estudantes portugueses são presos e torturados, feridos em manifestações de rua, e muitos dentre eles expulsos das Universidades.

E' esta juventude agrihoadada obrigada a fazer uma guerra colonial que ela odeia e contra a qual se rebelou por meio da deserção, sabotagem, de declarações feitas em favor dos movimentos de libertação nacional, são estes estudantes portugueses, encerrados em prisões, ou travando uma perigosa luta quotidiana, que vos enviam as mais calorosas felicitações e que encorajam a continuar o combate contra todas as forças obscurantistas e por uma solidariedade activa ainda maior entre os estudantes.

## Situação em Peniche

(Conclusão da página 6)

6.a) — Entrada dos jornais, revistas e livros, nacionais e estrangeiros que podem circular no País; música.

7.o) — Terminação das violências das arbitrariedades, dos castigos injustificados.

8.a) — Inquérito, com audição e respondente dos presos, à passada e presente actuação dos funcionários prisioneiros, com participação de entidade idóneas e da confiança dos presos.

Apesar do carácter modesto, humano, justo e aparentemente viável destes pedidos, os presos conhecem bem as dificuldades e obstáculos de toda a ordem que se têm levantado e que continuarão a levantar-se à sua satisfação. E' que eles se chocam com a política de aniquilação física e espiritual dos encarcerados anti salazaristas com a política da "cadeia especial". E' realmente da vida dos presos, da sua dignidade, o seu futuro, estreitamente ligado ao do povo português, que se trata. Mas eles confiam em si próprios e na resistência unida e firme que não de manter e confiam profundamente na acção dos seus amigos, do povo do seu país, dos homens e mulheres generosos dos outros países. Eles sabem que não estão sós e apelam para todos os homens e mulheres de coração e boa vontade para fazerem o que estiver ao seu alcance no sentido da humanização do regime prisional da Cadeia de Peniche, pela revogação da lei das "medidas de segurança", e pela promulgação duma ampla amnistia.

## Apoio à Luta dos Estudantes

O Comité Executivo da União Internacional dos Estudantes, reunido em Dezembro, em Karlovy Vary, na Checoslováquia, aprovou o seguinte projeto de resolução, apresentado pela União Nacional dos Estudantes da França:

"Considerando a intensificação da luta dos estudantes de Portugal, desde o ultimo recomeço das aulas na Universidade, pela liberdade dos estudantes presos, pela liberdade de informação, de reunião e de associação, luta que provocou a saída da Universidade de Lisboa do reitor-polícia Paulo Cunha; a repressão do governo fascista de Salazar contra os estudantes, sob a forma de torturas, de prisões e de expulsões da Universidade que são as unicas replicas à sua reivindicação para uma universidade livre e democrática;

Decide: Convidar todas as organizações estudantis a condenar vigorosamente o regime fascista de Salazar no que concerne à sua política para com os estudantes e de modo mais geral, para com o Ensino; Intensificar a sua campanha de solidariedade pela libertação dos estudantes presos e expulsos da universidade pela unica razão de terem defendido os seus direitos de liberdade sindical.

Encarregar o secretário da UIE de:

Iniciar os preparativos para uma Conferencia de solidariedade aos estudantes de Portugal e Espanha; Intensificar, por todos os meios, a solidariedade politica, moral e material aos estudantes portugueses em luta pela democracia."

## Rumo à Vitória

(Continuação da pág. 2)

Alguns dos aumentos, em ramos onde não se verificaram praticamente progressos técnicos, são devidos apenas a uma maior intensidade do trabalho e por isso só indevidamente se podem chamar de "produtividade". Mas alguns outros como parece ser o caso das cervejas e dos fosforos, onde aumentou a força motriz e caiu verticalmente o número de operários e de dias de trabalho são devidos à maior produtividade. Todos eles mostram um considerável agravamento da exploração da classe operária. Os homens dos monopólios arrancam aos trabalhadores cada vez mais horas de trabalho gratuito.

O mesmo procuram fazer as grandes companhias de pesca em relação aos pescadores, que entre tanto corajosamente resistem à exploração patronal.

O mesmo procuram fazer os grandes capitalistas da agricultura em relação aos assalariados rurais, cuja situação é tão trágica que um fascista foi forçado a reconhecer na Assembleia Nacional que "o nosso trabalhador rural vive em casas sem as mais rudimentares condições sanitárias, desprovidas de agua, de luz, sem qualquer especie de conforto"; que "a sua alimentação é deficiente"; que "o seu horário de trabalho vai de sol a sol"; que "a previdência e a assistência não existem"; que "o trabalhador rural moreja a vida e na velhice pede esmola" ("Diário das Sessões", 10-12-63). Fazendo frente à luta heroica dos proletários rurais do sul, os senhores da terra e as autoridades fascistas procuram ainda piorar esta situação.

### LEIA

- "Missão em Portugal" de Alvaro Lins
- "Tbéria, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha
- "Salazar Visto do Brasil"
- "Angola Através dos Textos"
- "Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer
- "Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)
- "A Resistência em Portugal"

crônicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

## PEQUENAS NOTÍCIAS

★ Em Portugal continua a série de desastres ferroviários. O último verificou-se na linha do Vale do Vouga, entre Agueda e Mouriscas. Uma locomotiva descarrilou, precipitando-se por uma ribanceira no dia 20 de janeiro. Morreram três pessoas e 15 passageiros ficaram feridos.

★ Macau não quer perder o título de maior centro de corrupção do Extremo-Oriente. As autoridades fascistas, ligadas ao contrabando de drogas e ao jogo, facilitam os mais escusos negócios a pretexto de "incrementar o turismo". Assim naquela velha cidade chinesa vai agora ser construido um hotel que será um verdadeiro antro do vicio, com quatro cassinos.

★ A indústria do aço portuguesa que deve ter capacidade para produzir 1 milhão de toneladas por ano a partir de 1970 ficará ainda mais dependente dos monopólios estrangeiros com a realização das obras para sua ampliação.

★ O rei da Suécia parece estar interessado em fazer pesquisas arqueológicas nas praias do Algarve. A imprensa salazarista mostra-se encantada com a intenção do velho rei e já o transformou num dos maiores arqueólogos do mundo...

★ O Comité Libertador de São Tomé e Príncipe, organismo que dirige naquelas ilhas a luta de libertação nacional, está agora perfeitamente entrosado com as demais organizações nacionalistas das colónias portuguesas.

★ No orçamento geral do Estado para 1966 as despesas extraordinárias ascendem a 6.383.000.000 de escudos, isto é mais de metade das ordinárias, com 11.026.000.000 de escudos. Tudo para a guerra colonial...

★ Afirma-se no Porto que a maior parte dos generais e almirantes das Forças Armadas se recusaram a fazer uma "manifestação de fidelidade" a Salazar. A iniciativa, partida do ministro da Defesa, general Gomes de Araújo, só teria encontrado acolhida favorável junto de uma meia dúzia de generais. Os outros não consideraram oportuno o momento...

★ A venda do país ao estrangeiro prossegue. Para que o setor da construção naval ficasse mais firmemente nas mãos de empresas não portuguesas, Salazar autorizou um grupo sueco-holandês a construir um grande estaleiro para navios até 100.000 toneladas na margem sul do Tejo.

★ O "presidente" Tomás, o ministro da Justiça e o diretor da Fortaleza de Peniche têm recebido centenas de cartas exigindo a libertação dos presos políticos daquela cadeia fascista. A Ordem dos Advogados têm, por outro lado, chegado cartas e abaixo assinados solicitando que a entidade assumia uma posição aberta de repúdio às "medidas de segurança".

★ As verbas das comissões administrativas, impostas às associações académicas foram reforçadas pelo Ministerio da Educação Nacional com o objectivo de corromper os estudantes. Em Coimbra foi aberta, dentro desse espirito, uma nova Cantina com refeições melhores e mais baratas. Além disso oferecem sessões diárias de cinema. Os estudantes democratas vêm denunciando essas manobras corruptoras, acentuando que o caminho das vitórias estudantis é o da luta.

★ O Governo encomendou nos Estados Unidos para o Exército vários carros blindados e autotanques Cadillac. Em Lisboa já se sabe que esse material se destina à PIDE.

★ A fábrica de munições de Moscavide está produzindo 250.000 cartuchos por dia. 80% da produção destina-se a satisfazer as encomendas da Alemanha Federal e da NATO...

★ Outra empresa portuguesa que está produzindo material de guerra para a Alemanha — e desenvolvendo-se graças a essas encomendas — é a SPEL, especializada no fabrico de granadas de mão. ★ Em Angola aparecem cada vez em maior número as muni-

ções da NATO de fabrico norte-americano. São inconfundíveis pela tinta opaca, pela bandeira yankee e pela inscrição FOR MUTUAL AID. Que ajuda!

★ A fábrica da Barcaena está fabricando seis mil bombas para aviação de 200 quilos, de alto poder destruidor.

★ As tripulações dos barcos mercantes portugueses transformados em transportes de tropas andam armadas de pistola-metralhadora e têm ordens de abrir fogo ao menor tumulto. As tropas embarcadas viajam desarmadas.

★ 30 estudantes de Lisboa fugiram para o estrangeiro para evitar a incorporação militar.

★ A PIDE proibiu a reedição das obras dos escritores Fernando Namora e Alves Redol.

★ Os professores Orlando Ribeiro e Lindley Cintra, da Faculdade de Letras de Lisboa, foram proibidos de representar os universitários portugueses no IV Centenário do Rio de Janeiro. Motivo: assinaram um documento de intelectuais contra a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores.

**PORTUGAL DEMOCRATICO**

DIRETOR RESPONSÁVEL: Otávio Martins de Moura SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43.0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 87.

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Siqueira Rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 15 — Amsterdam - C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo.

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha.

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris — 6.º me.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo. Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas

sábados: das 15 às 19 horas.

Número avulso: Cr\$ 50

Assinatura anual Cr\$ 1.500

Ano X - N.º 103 - Fevereiro-66

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



# DEMOCRATAS DE MOÇAMBIQUE DEFINEM A SUA POSIÇÃO

## Ultima hora Vitórias do MPLA em Cabinda

O documento que abaixo publicamos foi divulgado em Moçambique sob a forma de carta aberta dos signatários ao presidente da Comissão Provincial da União Nacional. Embora assinado apenas por quatro pessoas, o seu significado é grande, pois o que nele se exprime é o ponto de vista de ponderável percentagem da população de origem europeia de Moçambique. Chamamos de modo particular a atenção dos leitores para o facto de os signatários deixarem bem vinçada nas entrelinhas — de outro modo seriam imediatamente presos como traidores — a sua oposição à política colonialista.

Exmo. Sr.

Os signatários figuram, como V. Exa. sabe — até porque nunca fizeram segredo disso — entre "os que, em Moçambique, têm afirmado, no passado, em todas as eleições, uma posição intransigente de desacordo com o Governo sobre problemas internos".

Houve por bem V. Exa. na sua alocução aos portugueses de Moçambique, que a rádio e a imprensa amplamente difundiram, interpretar a abstenção dos oposicionistas moçambicanos, em face do acto eleitoral em curso, como manifestação de "falta de solidariedade, por motivos superiores, com essa escassa minoria de eleitores que em Lisboa, publicou o chamado manifesto da Oposição Democrática".

Acrescentou V. Exa. que "nesta Província" hoje os portugueses, no que respeita à Defesa Nacional e à política de manutenção do Ultramar, estão de acordo com o Governo, e acabou V. Exa. por nos prestar homenagem.

Ao proceder assim, não se acatou V. Exa., concedendo-nos ao menos, o benefício da dúvida em matéria de tanto melindre. "Aper-tis verbis", V. Exa. julgou-se habilitado a afirmar que a nossa abstenção — e dizemos nossa porque, infelizmente, não podemos julgar-nos alheios às afirmações de V. Exa. — "só tem como explicação" aquela pretensa falta de solidariedade. E afirmando, não curou de considerar que bem podia acontecer sermos nós tão zelosos da nossa lealdade para com os ideais que defendemos, e para aqueles que conosco os defendem como, por certo, V. Exa. é avaro da lealdade que dispensa ao seu Governo.

Daf a necessidade deste esclarecimento que, como V. Exa. será o primeiro a reconhecer, não poderá deixar de ter publicidade semelhante à que V. Exa. deu à causa que o determina.

Em que plebiscito se baseia V. Exa. para assim nivelar as opiniões dos seus concidadãos, não sabemos.

E como é patente que V. Exa. se indignou contra o manifesto dos candidatos do círculo eleitoral de Lisboa, e não contra o facto mesmo de se terem candidatado, pois que doutro modo referiria também os candidatos dos restantes círculos, é para nós torturante mistério ter V. Exa. podido ver na nossa abstenção em candidatar-nos, ou apresentarmos candidatos, uma recusa de solidariedade para com ideais que só posteriormente foram tornados públicos.

Acontece que somos por demais honestos, e por demoras oportunistas e oportunistas para podermos prestar homenagem que em consciência não merecemos e que, em boa verdade — perdoe V. Exa. a caricatura — nos fazem erisipela. Isto por mais que o elogio nos enquadre na falange iluminada dos possessores de ideologias episódicamente cómodas, ou mesmo, como V. Exa. pretende, fortemente majoritárias.

Decididamente não! Silêncio é silêncio. Adesão, conversão, acomodação, virar a cabeça, são também atitudes. Mas diferentes.

E' certo que o povo diz, por vezes que quem cala consente. Mas

iamos jurar que esse aforismo data do tempo das consciências livres e das vozes soltas. Como juristas familiarizados com as lesões do direito, e por isso mais sensíveis a eles, sabemos que o silêncio só pode significar concordância quando há o dever de não silenciar, e o poder de não ficar calado. Reconhecemos que tínhamos o dever. Reconhecem V. Exa. que o poder não tínhamos.

Um dos signatários teve a oportunidade de afirmar ao antecessor de V. Exa., na presidência da Comissão Provincial da União Nacional, que os situacionistas tinham ainda menos liberdade do que nós, que até ver tínhamos a de ficar calados. Ditosos tempos eram, apesar de tudo, esses. Acaba V. Exa. de tentar expoliar-nos desse residual direito. Mas porque é o único, e bem nos parece que a raça não acaba, aqui vimos pedir-lhe que no-lo restitua, abdicando de aproveitar o nosso silêncio como acto de adesão a uma política que, com bastante clareza, repudiámos sempre.

Dá-se até a curiosa circunstância — que V. Exa. não deixará de tomar em conta — de vermos esse silêncio explorado por um responsável arauto do mesmo regime que compulsivamente no-lo impôs.

Há-de V. Exa. estar lembrado de que tendo consentido em que fosse apresentada a nossa candidatura a deputados à última legislatura, fomos declarados inelegíveis, e consequentemente des-candidatados por um tribunal em que a maioria dos juizes carecia de formação jurídica, aliás com dois honrosos votos contra — esses de juristas — em cinco a favor desse cómodo acto de pretenso saneamento político.

O pretexto, bem o sabe V. Exa, foi o de que defendíamos ideias contrárias à ordem social estabelecida, entre elas a de autodeterminação, à escala da Nação, tal como a define o artigo terceiro da Constituição vigente, do seu futuro em geral, e da sua política africana em especial.

Por outras palavras: defendíamos e defendemos que, em momento tão grave da vida nacional, em que cada vez mais portugueses matam e morrem o povo tinha o direito de ser ouvido sobre o que mais convém ao seu destino. Propúnhamos, em suma, um debate amplo que pudesse esclarecer-nos e iluminar-nos, enfim, um acto de genuinamente representativa, da vontade da Nação, já que, ele próprio não deveria ser senão o resultado e a expressão dessa mesma vontade.

Então sim: ainda que caminharíamos para o abismo, para o escândalo ou para o isolamento, poderia V. Exa. invocar a concordância de todos, sem nos excluir a nós, na medida em que havíamos aceite o critério de escolha de uma política porventura divergente da nossa.

A certa altura pareceu-nos que até Sua Excelência o Presidente do Conselho convinha na necessidade de uma consulta ampla. Mas tudo se ficou pelo estrondo de ovações espontâneas, cuidadosamente organizadas, que sem embargo chegaram para que os arautos do regime se considerassem na posse da verdade revelada, e passassem a rotular de traidores os que até por uma questão de lealdade, não podiam ocultar a sua inconformidade com ela.

Debalde nos defendemos então, alegando que não havíamos mostrado divergir da ordem social estabelecida, mas apenas da ordem política vigente, e que, divergir politicamente, era um direito inalterável dos deputados à Assembleia Nacional, de tal modo que, entre as suas prerrogativas, estava a de votar em alteração da própria Constituição.

Triunfaram então sobre a justiça as conveniências partidárias a nossa candidatura foi anulada, e o manifesto aos eleitores em que defendíamos a nossa posição política, apreendido na tipografia em que estava a ser impresso.

Desde então, nenhum de nós fez profissão de arrependimento. Como pôde assim V. Exa. ofender-nos atribuindo-nos a negação do que sempre afirmámos, interpretando, como lhe aprobe, um silêncio que nos foi imposto, e que sem dúvida voltaria a sê-lo no dia em que reafirmássemos o que V. Exa. pretende termos nós negado?

Além V. Exa. a razão que silenciámos; por que preferimos o silêncio voluntário ao imposto, por que vai sendo cada vez mais difícil acreditar na pureza dos intuitos com que o Governo, que já corporativizou a escolha do Presidente da República, ainda pactua aparentemente com a democracia e mantém o sufrágio directo, como forma de escolha dos deputados à Assembleia Nacional, e sobretudo porque aprendemos, sofrendo, que só é elegível quem está de acordo com as doutrinas definidas pelo Governo, como as únicas conciliáveis com o patriotismo dos candidatos.

Ai é que nos separamos. O dever de discordar com o que julgamos — ainda que mal — contrário aos supremos interesses da Pátria, é mais imperativo do que o de aplaudir o que reputamos de acordo com eles.

Os governos podem passar sem hossanas. Do que mal prescindirão é da critica construtiva dos seus actos, quantas vezes reveladora dos seus erros.

Não obstante, tristemente silen-

ciamos. E somos de V. Exa. tão antipodas ideologicamente que, no lugar de V. Exa. — salvo seja — teríamos visto no nosso silêncio a mais formal condenação da política que V. Exa. receita. Silenciando, quisemos além do mais, significar que de todo em todo deixámos de crer na possibilidade de um acto de contrição política da parte do governo, por via evolutiva ou outra, em qualquer caso com utilização dos canais da ilegalidade. Enfim que, fechada a porta da evolução, só desgraciadamente resta a da revolução e da catástrofe, a quem tiver jeito e coragem para penetrar por ela.

Há quatro décadas que o regime procura equilibrar a violência necessária com a tolerância conveniente, de modo a, tanto quanto possível, parecer o que não é. Coube à Oposição o papel e o mérito de o forçar a completar o ciclo do seu desprezo pelo direito. "Consumatum est": tem todo o poder, terá toda a responsabilidade. Sua será toda a glória ou toda a ignominia do destino que à Pátria impôs.

O nosso silêncio é, portanto, uma atitude, não a sua ausência. Um protesto, não uma adesão. Por isso deveria V. Exa. ter-nos deixado desposá-la altivamente, que a União Nacional podia passar sem se acasalar com os pobres ninguém que somos.

E já agora, para que tudo seja ao invés do que V. Exa. pretende, e nada do que deve ser dito fique por dizer, queremos ainda significar a V. Exa. que nos sentimos orgulhosos dos nossos correligionários metropolitanos, na medida em que levaram ainda mais longe do que nós, a sua fé na força da legalidade, e tiveram a coragem de defender ideias arrancadas ao "index" das oficialmente rotuladas de intocáveis. Essas ideias, com as quais inteiramente nos identificamos, podem não ser as melhores, concessão que um democrata está sempre disposto a fazer, mas não poderá V. Exa. recusar que é o melhor e mais patriótico o propósito que as anima, sem sujeitar a igual suspeita aquelas que defende com tão aparente convicção.

Era isto o que por preço nenhum poderíamos deixar de dizer. Com licença de V. Exa. retornamos ao casulo do nosso silêncio, a menos que ache oportuno um debate franco e leal sobre os males que a todos nós afligem, e para os quais vão demorando os prometidos milagres da terapêutica oficial.

Silenciosos ou não, a nossa divisa será sempre a mesma: "liberdade que será sempre" — liberdade, ainda que tarde.

De V. Exa.

Muito atentamente  
aa) Antonio Almeida Santos —  
Carlos Adrião Rodrigues — Henri-  
que Vasco Soares de Melo e José  
Santa Rita.



Um acampamento militar do Exército de Libertação Popular da Guiné dita portuguesa. Sentado, o secretário da P. A. I. G. C., Amílcar Cabral.

**BRAZAVILLE (Do Correspondente)** — As forças do Movimento Popular de Libertação de Angola mostram-se cada vez mais ativas na região da fronteira com o Congo-Brazza, tornando dia a dia mais insustentável a posição das guarnições portuguesas no enclave de Cabinda. No dia 27 de dezembro, uma patrulha de reconhecimento, operando a 2 quilômetros de Sanga, encontrou-se com uma patrulha portuguesa, travando-se tiroteio. Segundo um comunicado do MPLA, morreram no combate cinco militares portugueses. Como represália, durante toda a noite, as forças portuguesas mantiveram um intenso fogo de morteiros sobre a zona em que supunham achar-se o acampamento militar nacionalista. No dia 30 de dezembro, dois pelotões tentaram atravessar uma zona controlada pelo MPLA, na região de Milonge. A coluna portuguesa, pelo fogo dos patriotas angolanos, debandou em desordem, refugiando-se num de seus postos de apoio, donde durante dois dias bombardeou o mato ao acaso. De acordo com o comunicado do MPLA «os rastros de sangue localizados pelos guerrilheiros, permitem concluir que os portugueses teriam sofrido pesadas baixas».

A deserção de militares angolanos das forças portuguesas continua. O último a atravessar a fronteira para se reunir ao MPLA foi o soldado Tiago.

## Exito da Frelimo

Segundo comunicado da FRELIMO, divulgado em Dar-Es-Salaam, durante um violento choque travado no Norte de Moçambique nos últimos dias do ano, o Exército português sofreu 75 baixas, 39 das quais correspondiam a mortos em combate.

### RADIO VOZ DA LIBERDADE UMA EMISSORA A SERVICO DO POVO PORTUGUES

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

PORTUGAL DEMOCRATICO  
R. Com. Futada, 101 — SP. Brasil  
Endereços de Assinantes